

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE  
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**NEUZIANE JOSÉ DE CASTRO NERIS**

**A CULTURA DO SILÊNCIO, A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA E AS VOZES QUE NÃO SE CALARAM: RELATOS DE  
MULHERES ATENDIDAS PELO NÚCLEO MARGARIDAS**

**VITÓRIA**

**2025**

NEUZIANE JOSÉ DE CASTRO NERIS

**A CULTURA DO SILÊNCIO, A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E  
AS VOZES QUE NÃO SE CALARAM: RELATOS DE MULHERES ATENDIDAS  
PELO NÚCLEO MARGARIDAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Tassiane Cristina Morais

**Área de Concentração:** Políticas Públicas, Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local

**Linha de Pesquisa:** Políticas de Saúde, Integralidade e Processos Sociais.

VITÓRIA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
EMESCAM – Biblioteca Central

---

N446c Neris, Neuziane José de Castro  
A cultura do silêncio, a perpetuação da violência doméstica e as vozes que não se calam : relatos de mulheres atendidas pelo Núcleo Margaridas / Neuziane José de Castro Neris - 2026.  
80 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Tassiane Cristina Morais.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local  
– Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória,  
EMESCAM, 2026.

1. Violência doméstica. 2. Cultura do silêncio. 3. Núcleo Margaridas – Espírito Santo (Estado). 4. Direitos humanos. 5. Políticas Públicas. I. Morais, Tassiane Cristina. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

---

CDD 303.60981

Bibliotecária responsável pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Elisangela Terra Barbosa – CRB6/608

NEUZIANE JOSE DE CASTRO NERIS

A CULTURA DO SILÊNCIO, A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E  
VOZES QUE NÃO SE CALARAM: RELATOS DE MULHERES ATENDIDAS PELO  
NÚCLEO MARGARIDAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 17 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA



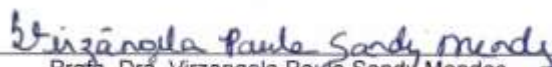
---

Profa. Dra. Tassiane Cristina Moraes  
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória  
(Orientadora)



---

Profa. Dra. Fabiana Rosa Neves Smiderle  
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória  
(Membro Interno)



---

Profa. Dra. Virzangela Paula Sandy Mendes  
Universidade Estadual do Ceará  
(Membro Externo)

## **DEDICATÓRIA**

Às mulheres que, enfrentando a sombra do silêncio, encontraram a força para compartilhar suas histórias, transformando dor em empoderamento. A vocês, que romperam o ciclo da violência e se tornaram vozes de resistência, dedico esta dissertação. Que suas experiências sejam uma luz para outras que ainda lutam em busca de libertação.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus, cuja presença constante e apoio inabalável iluminaram meu caminho durante toda essa jornada. Sem a Sua orientação e força, não teria conseguido superar os desafios encontrados ao longo deste trabalho.

Agradeço profundamente à minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo amor, incentivo e compreensão em todos os momentos. Vocês foram meu porto seguro e minha maior motivação, e é com todo o meu amor que dedico esta conquista a vocês.

À minha orientadora, Profa. Dra. Tassiane Cristina Moraes, meu sincero agradecimento pela orientação, paciência e imenso conhecimento compartilhado. Seu comprometimento e entusiasmo pela pesquisa foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sou grata por ter tido a oportunidade de aprender com você.

Por fim, gostaria de agradecer à Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, pela infraestrutura, apoio e oportunidades oferecidas ao longo do curso. Este ambiente acadêmico foi fundamental para meu crescimento pessoal e profissional, e essa conquista é fruto da educação de qualidade que recebi aqui.

A todos, meu muito obrigada!

## RESUMO

**Introdução:** A violência doméstica é uma realidade presente em diversas sociedades ao redor do mundo e configura-se como um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos. Apesar dos esforços institucionais e sociais para combatê-la e sensibilizar a população, frequentemente nos deparamos com a persistência do ciclo de abuso. Nesse contexto, emerge a discussão sobre a cultura do silêncio, um fenômeno social que contribui para a invisibilidade e para a normalização da violência doméstica. A cultura do silêncio impede que as vítimas se manifestem e busquem ajuda, perpetuando assim a situação de abuso. **Objetivo:** O presente estudo visa analisar os fatores que contribuem para a perpetuação do silêncio em relação à violência doméstica, buscando compreender os facilitadores e obstáculos enfrentados pelas mulheres no processo de ruptura desse silêncio. **Método:** Realizou-se um estudo qualitativo por meio da técnica de grupos focais, que foi conduzido na região litorânea sul do Espírito Santo. A pesquisa ocorreu no Núcleo Margaridas, um serviço de Política Pública dedicado ao enfrentamento da violência contra mulheres, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher (SEMS) e realizado em parceria com o Instituto Gênesis (IG) com 06 (seis) mulheres, por meio de roda de conversa com duração de 1 hora e 30 minutos. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre do ano de 2025. E, foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com número de aprovação 7.534.088. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise temática, que possibilita uma compreensão das narrativas das participantes. **Resultados:** A análise das narrativas das participantes revelou que os fatores relacionados à perpetuação do silêncio em face da violência doméstica são multifacetados. Entre esses fatores, destacam-se aspectos sociais, como a normalização da violência (incluindo a aceitação social da violência, a influência da mídia, a desinformação e a culpabilização da vítima), bem como emoções e sentimentos (como medo de retaliação, autculpa, receio de agravamento da violência, julgamento social e solidão). Além disso, questões familiares e de rede de suporte emergem como elementos cruciais, sendo a presença de filhos, a falta de suporte, e a dependência financeira e/ou emocional fatores que dificultam a ruptura do silêncio. No entanto, a rede de suporte, a amizade, o compartilhamento de experiências com outras mulheres que vivenciaram situações semelhantes, assim como o fortalecimento pessoal oriundo do conhecimento, foram apontados como elementos fundamentais para auxiliar na superação desse silêncio frente à violência. **Considerações Finais:** As mensagens de esperança e empoderamento deixadas pelas participantes não apenas ressaltam a resiliência das mulheres, mas também enfatizam a importância de promover espaços de escuta ativa e acolhimento. É essencial que as políticas públicas e as iniciativas comunitárias se deem conta da necessidade de oferecer suporte emocional e recursos informativos para que as mulheres possam romper com o ciclo de silêncio e buscar a proteção necessária. A criação de um ambiente seguro e acolhedor é um passo vital na luta contra a violência doméstica e a promoção dos direitos das mulheres.

**Palavras-chave:** Violência doméstica. Cultura do silêncio. Núcleo Margaridas.

## ABSTRACT

**Introduction:** Domestic violence is a reality in many societies around the world and constitutes a serious public health problem and a violation of human rights. Despite institutional and social efforts to combat it and raise awareness among the population, we often encounter the persistence of the cycle of abuse. In this context, the discussion about the culture of silence emerges, a social phenomenon that contributes to the invisibility and normalization of domestic violence. The culture of silence prevents victims from speaking out and seeking help, thus perpetuating the situation of abuse.

**Objective:** This study aims to analyze the factors that contribute to the perpetuation of silence in relation to domestic violence, seeking to understand the facilitators and obstacles faced by women in the process of breaking this silence.

**Method:** A qualitative study was conducted using the focus group technique in the southern coastal region. The research took place at the Margaridas Center, a Public Policy service dedicated to combating violence against women, linked to the State Secretariat for Women (SEMS) and carried out in partnership with the Gênesis Institute (IG), with 6 (six) women, through a conversation circle lasting 1 hour and 30 minutes. The interviews were conducted in the second half of 2025. The study was approved by the Ethics and Research Committee with approval number 7.534.088. For data analysis, the thematic analysis technique was used, which allows for an understanding of the participants' narratives.

**Results:** Analysis of the participants' narratives revealed that the factors related to the perpetuation of silence in the face of domestic violence are multifaceted. Among these factors, social aspects stand out, such as the normalization of violence (including social acceptance of violence, media influence, misinformation, and victim blaming), as well as emotions and feelings (such as fear of retaliation, self-blame, fear of escalating violence, social judgment, and loneliness). In addition, family and support network issues emerge as crucial elements, with the presence of children, lack of support, and financial and/or emotional dependence being factors that make it difficult to break the silence. However, the support network, friendship, sharing experiences with other women who have experienced similar situations, as well as personal empowerment derived from knowledge, were identified as fundamental elements in helping to overcome this silence in the face of violence.

**Final Thoughts:** The messages of hope and empowerment shared by the participants not only highlight women's resilience, but also emphasize the importance of promoting spaces for active listening and acceptance. It is essential that public policies and community initiatives recognize the need to offer emotional support and informational resources so that women can break the cycle of silence and seek the protection they need. Creating a safe and welcoming environment is a vital step in the fight against domestic violence and the promotion of women's rights.

**Keywords:** Domestic violence. Culture of silence. Margaridas Nucleus.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 2 –Caracterização sociodemográficas das Participantes .....	46
Tabela 3 – Principais fatores relacionados a perpetuação do silêncio da violência Doméstica .....	47
Tabela 4 – Os maiores obstáculos enfrentados durante busca por ajuda para enfrentamento da violência .....	51
Tabela 5 – As ações e serviços oferecidos pelo Núcleo Margaridas contribuem para o enfrentamento da violência doméstica .....	52
Tabela 6 – Mudanças necessárias para prevenir a violência doméstica em nossa comunidade.....	53

## LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Esquema ilustrativo do espiral para a ruptura do silêncio frente à violência doméstica .....	49
---	----

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CRM	Centro de Referência da Mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IG	Instituto Gênese
LSD	Dietilamida do Ácido Lisérgico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
SEM	Secretaria Estadual das Mulheres

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>20</b>
2.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	20
2.1.1 Silêncio que fere: a cultura da omissão e seu papel na violência doméstica .....	23
2.2 ENTRE QUATRO PAREDES: ANALISANDO A CULTURA DO SILÊNCIO NA PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	26
2.2.1 Desvendando o silêncio: impactos da cultura silenciosa na violência familiar .....	31
2.2.2 O eco do silêncio: como a cultura do silêncio contribui para a violência .....	33
2.2.3 Políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica .....	35
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>39</b>
3.1 OBJETIVO GERAL .....	39
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	39
<b>4 MÉTODO</b> .....	<b>40</b>
4.1 TIPO DO ESTUDO .....	40
4.2 CENÁRIO DO ESTUDO .....	40
4.3 AMOSTRA .....	41
4.3.1 Critérios de Inclusão .....	42
4.3.2 Critérios de Exclusão .....	42
4.4 COLETA DE DADOS .....	42
4.5 ANÁLISE DOS DADOS .....	43
4.6 ASPECTOS ÉTICOS .....	44
<b>5 RESULTADOS</b> .....	<b>46</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES .....	46
5.2 ANÁLISE QUALITATIVA: EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES NARRADAS PELAS MULHERES .....	47
<b>6 DISCUSSÃO</b> .....	<b>56</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>64</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>69</b>

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES .....	69
APÊNDICE B – QUESTÃO PARA ENTREVISTA – GRUPO FOCAL .....	71
<b>ANEXOS .....</b>	<b>72</b>
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....	72
ANEXO B – PARECER DO CEP .....	76
ANEXO C – EVIDÊNCIAS DA PESQUISA DE CAMPO .....	80

## APRESENTAÇÃO

Meu nome é Neuziane José de Castro Meres. Sou farmacêutica, graduada e pós-graduada, e atualmente atuo no Pronto-Atendimento de Anchieta, no Espírito Santo, cidade para a qual me mudei quando vim do sul do estado. Minha trajetória profissional tem sido construída dentro da assistência em saúde, buscando sempre aprimorar o cuidado e a qualidade do serviço que ofereço à população.

Escolhi desenvolver este tema no mestrado por ser mulher e por testemunhar de perto o sofrimento de tantas outras mulheres – dentro da família, entre amigas, conhecidas e pacientes. A cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica sempre me inquietaram profundamente. Ao chegar a Anchieta, conheci o Grupo Margaridas, por indicação de colegas, e isso ampliou ainda mais minha compreensão e meu compromisso com a temática.

Realizar o mestrado também sempre foi um sonho profissional, uma forma de crescimento, desenvolvimento e fortalecimento da minha atuação como farmacêutica. Hoje, vejo esse percurso como parte da minha história, de construção de propósito e de compromisso com as mulheres que enfrentam situações de violência.

Diante desse contexto, integrando minha experiência profissional na área da saúde e o conhecimento de que a violência doméstica é um fenômeno social e estrutural que impacta diretamente o bem-estar biopsicosocial das mulheres, o projeto foi desenvolvido na linha de pesquisa de Políticas de Saúde, Integralidade e Processos Sociais.

A Banca foi constituída por mulhes pesquisadoras com expertises em trabalhos com gênero e violência. Entre elas, destaca-se a Profa. Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes, graduada em Serviço Social, Pós-doutora em Sociologia, Professora adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, onde atua como colaboradora do Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Sociedade. Sua experiência como integrante do Projeto de Extensão Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência (NAH-UECE) evidencia a atuação direta na temática da violência contra mulheres.

A banca também é composta pela Profa. Dra. Fabiana Rosa Neves Smiderle, graduada em enfermagem. Sua trajetória acadêmica inclui doutorado em Pediatria e Saúde da Criança, mestrado em Políticas Públicas e amplo domínio dos determinantes sociais de saúde. Destaca-se, sobretudo, atuação como coordenadora

do projeto de extensão financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES, intitulado “Tecendo redes de cuidado: oficinas interdisciplinares para o fortalecimento de mulheres vítimas de violência no Centro Margaridas – Vitória/ES”, voltado ao fortalecimento de mulheres vítimas de violência, evidenciando experiência direta e atual na temática central do trabalho.

O trabalho foi composto do seguinte modo, o capítulo inicial contém as considerações introdutórias apresentadas, dispostas para um aprofundamento do objeto de estudo e para apresentar à pergunta proposta. No próximo capítulo, abordou-se o referencial teórico que fundamenta a pesquisa realizada. Nesta seção, buscou-se proporcionar uma compreensão aprofundada dos conceitos e contextos que sustentam as temáticas discutidas ao longo deste trabalho. Serão apresentados os principais autores e teorias que embasam a análise das experiências narradas pelas participantes, com foco em aspectos como a violência de gênero, a normalização social da violência, e os papéis da rede de suporte e o empoderamento feminino.

Nos **capítulos seguintes, 3 e 4**, estão descritos, respectivamente, os objetivos para responder à pergunta de pesquisa e os métodos para atingi-los. O **capítulo 5** traz os resultados da pesquisa. E, por fim, o **sexto e sétimo capítulo** apresentam, nesta ordem, a discussão e as considerações finais da pesquisa.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica é uma realidade presente em diversas sociedades ao redor do mundo, configurando-se como um grave problema de saúde pública e uma significativa violação dos direitos humanos. Embora seja um problema prevenível, estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que, mundialmente, cerca de 1 em cada 3 mulheres (30%) já foi submetida a violência física e/ou sexual, sendo que uma parte considerável dessa violência é perpetrada por parceiros íntimos. Além disso, quase um terço (27%) das mulheres entre 15 e 49 anos que já estiveram em um relacionamento relatam ter vivenciado alguma forma de violência (OMS, 2024), evidenciando a magnitude deste fenômeno.

No Brasil, a situação da violência doméstica é alarmante. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, o número de feminicídios e casos de violência contra a mulher continua a crescer, sendo que, a cada dia, em média, 12 mulheres são assassinadas no país, muitas vezes em contexto de violência doméstica. Adicionalmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2021 aponta que 22% das mulheres entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência física ou sexual durante suas vidas.

No estado do Espírito Santo, a violência contra a mulher também é uma preocupação crescente. Segundo os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Espírito Santo (IPEES), em 2022, foram registrados 2.304 casos de violência doméstica, representando um aumento de 9% em relação ao ano anterior. Além disso, o estado apresenta um dos índices mais altos de feminicídio do Brasil. Em um levantamento realizado pelo Observatório da Mulher, constatou-se que, em 2023, o Espírito Santo ocupava a 3ª colocação no ranking nacional de feminicídios, com uma taxa alarmante de 5,7 mortes a cada 100 mil mulheres.

Esses dados ressaltam a urgência de políticas públicas eficazes e campanhas de conscientização que promovam a prevenção da violência doméstica, bem como o apoio às vítimas e a responsabilização dos agressores. É essencial mobilizar a sociedade como um todo para enfrentar essa realidade e assegurar os direitos das mulheres, promovendo um ambiente seguro e livre de violência.

No Brasil, o cenário de violência contra mulher é preocupante, estimativas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) indicam que, em 2020, 66,5% das

mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de violência ao longo da vida, sendo que a maioria destes casos permanece sem registro.

Apesar dos esforços para combatê-la e sensibilizar a população, muitas vezes nos deparamos com o desafio de interromper o ciclo de perpetuação desse tipo de abuso.

Nesse contexto, surge a discussão sobre a cultura do silêncio, um fenômeno social que contribui para a invisibilidade e normalização da violência doméstica (Silva *et al.*, 2021).

A cultura do silêncio representa um conjunto de valores, normas e crenças que levam as vítimas e testemunhas de violência doméstica a permanecerem caladas, não denunciando ou intervindo nas situações de abuso. Essa cultura é alimentada por diversos fatores, como estigmas sociais, medo de retaliação, falta de suporte institucional, entre outros (Oliveira *et al.*, 2021).

Ao perpetuar a cultura do silêncio, estamos, indiretamente, contribuindo para a continuidade da violência doméstica, concedendo poder aos agressores e marginalizando as vítimas (Cortez; Ramirez, 2021). Essa cultura também reforça a ideia de que a violência é um assunto privado, que não deve ser exposto ou discutido publicamente.

Assim, torna-se fundamental compreender os mecanismos que sustentam a cultura do silêncio, a fim de desenvolver estratégias eficazes para quebrar esse ciclo de violência. É necessário promover a conscientização e a educação sobre os direitos humanos e a importância de denunciar a violência doméstica.

A cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica têm sido temas cada vez mais discutidos na sociedade contemporânea. A violência doméstica, que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, é um problema complexo que envolve não apenas questões de gênero, mas também questões culturais e sociológicas (Capaldi *et al.*, 2021).

Aqui destaca-se a pesquisa realizada por Oliveira *et al.* (2021) sobre a persistência da violência doméstica na sociedade brasileira, na qual os autores ressaltam a necessidade de conscientização e desconstrução da cultura do silêncio como medidas para combater essa forma de violência.

Além disso, é importante explorar o panorama do problema da violência doméstica para introduzir as temáticas que serão abordadas nesta dissertação. A obra de Bourdieu (2019) oferece uma análise profunda sobre a reprodução e a perpetuação

das relações de poder na sociedade e como isso se reflete na violência doméstica. A violência doméstica é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Ela se manifesta de diferentes formas, como agressão física, abuso emocional, violência sexual e controle coercitivo. Infelizmente, essa violência ocorre em diversos contextos, independente de classe social, raça, etnia ou orientação sexual.

A violência doméstica é um fenômeno complexo que envolve diversas dimensões sociais, culturais e econômicas. Além da perspectiva de Pierre Bourdieu (2018), vale a pena considerar as contribuições de outros autores, como Angela Davis (2018) e Judith Butler (2010), que também abordam a questão das relações de poder, gênero e opressão.

Angela Davis (2018), em suas obras, destaca a interseção entre raça, classe e gênero, oferecendo uma análise crítica sobre como essas dimensões contribuem para a perpetuação da violência doméstica. Para Davis (2018), a violência contra as mulheres não pode ser dissociada de contextos sociais mais amplos, como a desigualdade econômica e o racismo estrutural. Ela argumenta que o sistema patriarcal cria um ambiente onde a violência se torna uma ferramenta de controle, especialmente em comunidades marginalizadas. A perspectiva de Davis nos convida a considerar a violência doméstica não apenas como um problema individual, mas como uma questão social que requer respostas coletivas e políticas.

Por outro lado, Judith Butler, na sua obra "Quadros de Guerra" (2010), propõe uma reflexão sobre a vulnerabilidade e a precariedade das vidas humanas. Butler argumenta que a violência doméstica é um reflexo da construção social de gênero, onde as normas e expectativas familiares podem levar à normalização da violência. A filósofa também enfatiza a importância de questionar as categorias de "feminino" e "masculino", mostrando como essas construções moldam as dinâmicas de poder nas relações interpessoais. A análise de Butler (2010) sugere que a transformação da violência doméstica requer não apenas a mudança de leis, mas também uma reavaliação das normas sociais que sustentam essas práticas.

Dessa forma, ao considerar-se o problema da violência doméstica, é crucial integrar diferentes perspectivas que iluminam as diversas camadas e contextos que a cercam. A necessidade de uma abordagem multidimensional é evidente, pois a violência doméstica é um fenômeno que não pode ser compreendido isoladamente, mas sim em interseção com questões de classe, raça e gênero. Essa compreensão

mais ampla é fundamental para a elaboração de políticas efetivas e intervenções que visem não apenas a proteção das vítimas, mas a transformação das estruturas sociais que facilitam tais violências.

Dentro do contexto apresentado, observa-se a necessidade de analisar **"Quais os fatores relacionados a perpetuação do silêncio frente à violência doméstica e quais são os efeitos, os facilitadores e os obstáculos enfrentados pelas mulheres no processo de ruptura do mesmo?"**

Portanto, nesta pesquisa, pretende-se aprofundar a compreensão sobre a cultura do silêncio e sua relação com a perpetuação da violência doméstica de modo a contribuir para a promoção de políticas públicas mais efetivas e equitativas e a promoção de uma sociedade livre da violência doméstica.

A realização de pesquisas sobre o tema é essencial para promover avanços nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Especialmente para a obtenção da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas (ODS 5), desempenhando um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Conforme destacado pela ONU (2025), esses esforços são essenciais para alcançar um futuro sustentável. Além disso, serão abordados estudos e pesquisas que apontam para a eficácia de diferentes abordagens na prevenção e combate à violência doméstica.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica são questões extremamente importantes e relevantes para a sociedade atual. A violência doméstica é um problema comum em todo o mundo e tem efeitos devastadores tanto para as vítimas quanto para a sociedade como um todo (Capaldi *et al.*, 2021).

Uma das principais razões pelas quais a violência doméstica persiste é a cultura do silêncio que a envolve (Adams *et al.*, 2018). Muitas vítimas têm medo de denunciar seus agressores devido a múltiplos fatores, entre eles destacam-se ameaças de retaliação, sentimentos de vergonha, culpa, dependência financeira, abuso emocional, preocupações com os filhos, entre outros (Souza *et al.*, 2024). Além disso, alguns casos de violência doméstica são minimizados, ignorados ou até mesmo aceitos pela sociedade, criando ainda mais barreiras para que as vítimas busquem ajuda (Souza *et al.*, 2024; Ramos; Rabelo, 2024).

Diante desse contexto, uma pesquisa sobre a cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica pode ajudar a gerar um maior entendimento sobre os mecanismos que contribuem para a manutenção desse problema.

Ao entender as razões pelas quais as vítimas de violência doméstica permanecem em silêncio e como essa cultura é perpetuada, será possível obter resultados que possam nortear estratégias de intervenção mais eficazes para combater esse problema. Isso pode envolver a criação de campanhas de conscientização, educação sobre os direitos das vítimas, programas de apoio e proteção às vítimas e ações preventivas que enfatizem a importância de denunciar a violência e ofereçam suporte adequado às vítimas desse tipo de violação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é um problema sério que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Caracterizada pela agressão física, emocional, sexual e financeira, a violência doméstica ocorre principalmente dentro das paredes do lar, onde as vítimas muitas vezes são submetidas a abusos por parte de um parceiro íntimo ou membro da família (Brasil, 2015).

Trata-se de um fenômeno complexo e abrangente que ocorre dentro de um ambiente familiar ou doméstico, envolvendo relacionamentos íntimos ou de convivência. Essa forma de violência se manifesta de várias formas e é caracterizada pelo abuso de poder, controle e dominação de uma pessoa sobre outra (Coelho *et al.*, 2020).

Uma das formas mais conhecidas de violência doméstica é a violência física, que envolve agressões físicas que resultam em lesões corporais, como socos, chutes, empurrões, estrangulamentos, entre outros (Bourdieu, 2019). Essa forma de violência pode causar danos físicos graves e até mesmo levar à morte.

Outra forma de violência é a violência emocional, que envolve comportamentos que têm o objetivo de humilhar, diminuir a autoestima e controlar emocionalmente a vítima (Carhart-Harris, 2016). Isso pode incluir insultos constantes, ameaças, chantagens emocionais, isolamento social e manipulação psicológica. Já a violência sexual é outra forma presente na violência doméstica, envolvendo qualquer tipo de atividade sexual não consensual imposta pela pessoa agressora à vítima. Isso pode incluir estupro, coerção sexual, assédio sexual, abuso sexual de crianças e qualquer outra forma de violência sexual (Cortez; Ramirez, 2021).

A violência financeira é uma forma de violência doméstica menos reconhecida, mas igualmente prejudicial (ONU, 2022). Envolve o controle financeiro exercido pela pessoa agressora sobre a vítima, limitando seu acesso aos recursos financeiros e impedindo-a de tomar decisões financeiras de forma independente (Coelho *et al.*, 2020).

De acordo com García-Moreno (2015), vários fatores podem contribuir para a perpetuação da violência doméstica. Entre eles estão—desigualdade de gênero, normas culturais que toleram ou justificam a violência contra mulheres, falta de

oportunidades econômicas para a vítima, abuso de substâncias, histórico de violência familiar, entre outros. É importante ressaltar que a violência doméstica pode ocorrer em qualquer tipo de relacionamento, independente da orientação sexual, gênero, faixa etária ou classe social.

Trata-se de um problema de grande magnitude que afeta inúmeras mulheres ao redor do globo (OMS, 2020). Em relação às consequências físicas, a violência doméstica pode resultar em lesões físicas graves, como hematomas, fraturas e lesões internas. Muitas vezes, as vítimas também experimentam problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e até mesmo pensamentos suicidas (Wilkinson; D'Souza, 2019).

Além disso, a violência doméstica tem um impacto significativo nos relacionamentos sociais das vítimas. Muitas vezes, elas se isolam de amigos e familiares, têm dificuldade em manter empregos estáveis e podem enfrentar estigma social. Também é importante ressaltar que a violência doméstica não afeta apenas as mulheres, mas também os homens e as crianças (Adams *et al.*, 2018).

De acordo com Capaldi *et al.* (2021), as crianças que testemunham a violência doméstica em casa também enfrentam sérias consequências. Eles têm maior probabilidade de desenvolver problemas de saúde mental, enfrentar dificuldades acadêmicas, apresentar comportamentos agressivos e ter relacionamentos prejudicados no futuro. A desigualdade de gênero desempenha um papel crucial na perpetuação da violência doméstica. Em sociedades onde as mulheres são vistas como inferiores aos homens, há maior tolerância à violência contra elas. Além disso, a desigualdade de poder entre os gêneros pode levar ao abuso de poder por parte dos homens.

A socialização de gênero também desempenha um papel importante na violência doméstica, pois, muitas vezes, ensina-se aos homens a serem dominadores e agressivos, enquanto às mulheres devem ser submissas e aceitar a violência como parte de sua vida (Araújo *et al.*, 2018). Essas normas de gênero podem levar a relacionamentos desiguais e prejudiciais.

O uso abusivo de substâncias, como álcool e drogas, também está frequentemente associado à violência doméstica (Araújo *et al.*, 2018). O abuso de substâncias pode aumentar as chances de comportamento violento, diminuindo o autocontrole e aumentando a agressividade. O estresse econômico é outro fator que pode contribuir para a violência doméstica. Quando uma família enfrenta dificuldades

financeiras, os conflitos podem aumentar e a pressão sobre os membros da família pode levar a comportamentos violentos.

Além desses fatores mais amplos, também existem fatores de risco individuais e familiares que aumentam a probabilidade de violência doméstica (Coelho *et al.*, 2020). Alguns exemplos incluem história de violência familiar, baixa autoestima, falta de habilidades de comunicação saudável e falta de suporte social.

É importante analisar e compreender essas causas subjacentes à violência doméstica para que medidas efetivas possam ser tomadas para prevenir e combater esse grave problema social.

Apesar da gravidade do problema e suas consequências, muitas vítimas enfrentam desafios significativos na busca de ajuda e apoio. Muitas vezes, elas têm medo de retaliação, falta de recursos financeiros ou não sabem como acessar serviços de apoio (Adams *et al.*, 2018). Além disso, em algumas culturas e comunidades, a violência doméstica ainda é considerada um assunto privado, o que pode dificultar a conscientização e a mobilização de recursos para combater o problema.

No entanto, a conscientização sobre a violência doméstica tem aumentado significativamente nos últimos anos, levando a uma maior disponibilidade de serviços de apoio e leis mais rigorosas em muitos países. Ainda há muito trabalho a ser feito, mas é essencial continuar a promover a conscientização, educar a sociedade e fortalecer a rede de apoio às vítimas.

No que diz respeito às iniciativas governamentais, considera-se que as políticas públicas adotadas por diferentes países, como leis específicas de proteção às vítimas, programas de capacitação para profissionais que lidam com casos de violência doméstica e campanhas de conscientização (Brasil, 2015).

Dentro desse contexto, também é importante realçar que a pandemia de COVID-19 trouxe desafios adicionais no enfrentamento da violência doméstica (Govindan; Hegarty, 2020). O isolamento social e as restrições à circulação aumentaram a vulnerabilidade das vítimas, ao mesmo tempo em que dificultaram o acesso aos serviços de apoio. É necessário analisar como as políticas de combate à violência doméstica estão sendo adaptadas para enfrentar esse contexto e garantir a segurança das pessoas em situação de violência (Govindan; Hegarty, 2020).

Além disso, a integração de abordagens de gênero e direitos humanos é necessária para uma compreensão mais ampla da violência doméstica. Reconhecer as desigualdades de poder entre homens e mulheres e a socialização de gênero que

legítima a violência é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento.

Diante desses desafios, é necessário fortalecer as Políticas Públicas de prevenção e enfrentamento da violência doméstica, garantindo o acesso a serviços de qualidade, como abrigos, centros de atendimento, assistência jurídica e psicológica. Também é importante promover a conscientização da sociedade sobre a gravidade da violência doméstica e o papel de todos na sua prevenção.

Uma sociedade livre de violência doméstica requer o engajamento de todos, desde a criação de uma cultura de respeito e igualdade de gênero até a responsabilização dos agressores e a proteção das vítimas. A reflexão e o diálogo constantes sobre as tendências e perspectivas futuras no campo da violência doméstica são fundamentais para estimular ações efetivas e buscar uma sociedade mais segura e igualitária para todos.

### **2.1.1 Silêncio que fere: a cultura da omissão e seu papel na violência doméstica**

A violência doméstica é uma manifestação presente na sociedade atual, apresentando-se de várias maneiras e níveis de severidade. Embora seja uma questão extremamente reconhecida e debatida, sua continuidade está fortemente associada a uma cultura de silêncio que afeta não apenas as vítimas, mas também a sociedade como um todo (Govindan; Hegarty, 2020).

Esta cultura de omissão, muitas vezes silenciosa e invisível, desempenha um papel vital na perpetuação das dinâmicas de poder e controle que alimentam o ciclo de violência, tornando-se um elemento crucial a ser avaliado para entender a magnitude deste problema (Mohammed, 2019).

O conceito de "silêncio que fere" resume a ideia de que a ausência de expressão, a recusa e o recebimento de denúncia podem intensificar a violência, já que o silêncio se converte em convivência. De acordo com um estudo contínuo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), muitas mulheres que sofreram ou sofreram violência em algum ponto de suas vidas escolhem não denunciar seus agressores. Essa escolha é frequentemente moldada por diversos elementos, como o cenário que não pode ser alterado, o recebimento de retaliações, a desconfiança nas entidades de proteção e a ausência de apoio social. Ao se calar, as vítimas alimentam um ciclo que muitas vezes se estende por gerações (Xu, 2019).

A influência da cultura da omissão é clara em diversos cenários, especialmente em sociedades onde a violência contra as mulheres é considerada normal ou reduzida (Oliveira *et al.*, 2021). O machismo persiste como uma das causas do problema, estabelecendo um cenário onde a violência é percebida como um método de controle tolerável. Segundo Nascimento *et al.* (2022), em sua pesquisa acerca da normalização das violências, a ausência de ocorrência social a comportamentos violentos favorece a desumanização das vítimas. Isso se manifesta não apenas nas relações pessoais, mas também nas esferas comunitária e institucional, onde a indiferença se transforma em uma característica comum.

Em diversas famílias, a violência é vista como um tema privado, uma questão que precisa ser resolvida internamente. Esta visão descarta a possibilidade de intervenção ou ajuda externa, reforçando a noção de que o que ocorre dentro de casa deve permanecer ali, sem espaço para diálogo ou solicitação de ajuda. Hummels e Costa (2020) sustentam que, mesmo quando presentes, as redes de suporte frequentemente não proporcionam o acolhimento necessário para que a vítima se sinta segura ao compartilhar sua vivência. Este cenário de silêncio e inação estabelece obstáculos que complicam a denúncia e a interrupção do ciclo de violência.

Além disso, a mídia desempenha uma função ambígua neste cenário. Embora aborde temas ligados à violência doméstica e promova discursos de denúncia, muitas vezes apresenta histórias que banalizam ou romantizam a violência. A escassez de informações fornecidas sobre as vivências das vítimas e as repercussões da negligência resultaram em visões distorcidas sobre o que caracteriza uma experiência de violência. De acordo com o relatório do Instituto de Estudos da Religião (ISER, 2023), a mídia muitas vezes negligencia elementos fundamentais, como as dinâmicas familiares que alimentam a violência e a complexidade emocional das vítimas, perpetuando um ciclo contínuo de silêncio.

Uma mudança dessa cultura de omissão exige um trabalho conjunto e multidisciplinar. A educação é um dos alicerces fundamentais deste processo, possibilitando a formação de uma nova percepção social. Incorporar debates sobre gênero e violência no ambiente escolar pode contribuir para desnaturalizar a violência, fortalecendo tanto as vítimas quanto aqueles que a cercam. Exemplo disto é a iniciativa do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (Brasil, 2023), que engloba programas de educação e campanhas de âmbito público, os quais tem como objetivo fomentar a sensibilização e estimular as denúncias.

Além disso, as políticas governamentais devem ser um instrumento eficaz para quebrar essa cultura de silêncio. É crucial fortalecer os serviços de acolhimento e suporte psicológico às vítimas, bem como a formação de profissionais que atuam nas áreas de saúde e assistência social. No relatório de 2023, a ONU Mulheres enfatizou a importância da criação de redes de colaboração entre diversos segmentos da sociedade para a criação de um ambiente seguro e receptivo para as vítimas (ONU, 2023).

A cultura da indiferença vai além do silêncio das vítimas, alcançando também o silêncio da sociedade como um todo. O depoimento de indivíduos que assistem à violência sem se envolver é igualmente prejudicial, pois reforça a noção de que a violência não é uma questão coletiva (Govindan; Hegarty, 2020). Ao optar por não intervir ou não informar as autoridades sobre episódios de violência, as pessoas, deliberadamente, legitimam as ações violentas como normais. Segundo Almeida (2023), pesquisas mostram que ações comunitárias que promovem o envolvimento ativo dos cidadãos na defesa dos membros da comunidade podem reduzir consideravelmente os níveis de violência.

Também é crucial identificar a interseccionalidade nos debates sobre a violência doméstica e a cultura da inação. Mulheres de diversas origens sociais, étnicas e culturais se deparam com desafios diferentes. A avaliação dessas vivências diversificadas é fundamental para compreender a manifestação do silêncio e como ele pode ser combatido (Mohammed, 2019). O relatório de 2023 do Observatório da Mulher, ao examinar estatísticas de violência contra mulheres negras, demonstra que os obstáculos sociais, econômicos e políticos geram um contexto de violência ainda mais severo para este grupo. O silêncio se transforma em uma manifestação de resistência, mas também em um engodo que perpetua o sofrimento (Bourdieu, 2019).

Em última análise, a luta contra o silêncio que machuca e a cultura da omissão devem envolver uma participação ativa de todos os segmentos da sociedade. A criação de locais de escuta e acolhimento para as vítimas, juntamente com o reforço de políticas públicas que assegurem proteção e suporte, são estratégias imprescindíveis para quebrar o ciclo de violência. O lamento silencioso das vítimas precisa ser escutado e transformado em medidas efetivas que fomentem não só a reeducação dos agressores, mas também a autonomia e a dignidade das mulheres. A construção de uma sociedade mais equitativa e justa está atrelada à nossa vontade de romper com o silêncio que machuca, estabelecendo um espaço onde a voz e a

existência das vítimas podem ser resgatadas e respeitadas.

## 2.2 ENTRE QUATRO PAREDES: ANALISANDO A CULTURA DO SILÊNCIO NA PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é um problema intrincado e multifacetado que afeta as relações sociais e familiares, sendo muitas vezes fomentada por uma cultura de silêncio que silencia as vítimas e perpetua o ciclo de violência. A frase "entre quatro paredes" representa a intimidação das residências, onde frequentemente ocorrem episódios de violência, longe do olhar da sociedade. Esta dinâmica não só intensifica a impunidade dos agressores, como também mantém um clima de medo e incerteza para as vítimas (Bourdieu, 2019). Para entender a íntima relação entre a cultura do silêncio e a violência doméstica, é fundamental aprofundar-se nas sutilezas socioculturais que fundamentam esta questão.

A cultura do silêncio, frequentemente observada em contextos de violência doméstica, desempenha um papel crucial na perpetuação desse ciclo de abuso. Nesse cenário, as questões de gênero emergem como fundamentais para entender como as normas sociais podem silenciar as vítimas e legitimar comportamentos violentos (Santos; Carvalho, 2021). No contexto latino-americano, onde a violência de gênero é um fenômeno alarmante, estudos demonstram que o silêncio é reforçado por uma multiplicidade de fatores, incluindo a subordinação das mulheres, normas patriarcais e a estigmatização das vítimas.

Pesquisas como as de Hummels e Costa (2020) revelam que a cultura do silêncio não apenas inibe a denúncia de casos de violência, mas também perpetua uma aceitação tácita da opressão de gênero. Além disso, o trabalho de Gaitán e Pérez (2019) aponta como a desvalorização do papel feminino na sociedade latino-americana contribui para o silêncio em torno das experiências de violência doméstica, criando barreiras para que as mulheres busquem apoio e rompam com a dinâmica de abuso.

Esses estudos ressaltam a importância de se abordar a cultura do silêncio em intersecção com questões de gênero, promovendo uma compreensão mais profunda da violência doméstica e indicando caminhos para a ação social e política.

Pesquisas, desde o começo do século XXI, indicam que a maioria das vítimas de violência doméstica opta por não denunciar seus agressores (Mohammed, 2019).

De acordo com Nascimento *et al.* (2022), a falta de denúncia ocorre devido a uma série de fatores, que incluem intimidação, dependência financeira, recebimento de represálias e a isenção de que nenhuma alteração significativa ocorrerá após uma denúncia. Os efeitos psicológicos da violência, como a diminuição da autoestima e o sentimento de impotência, fazem com que muitas mulheres continuem em relacionamentos abusivos, perpetuando um ciclo de violência que se torna cada vez mais complexo de ser interrompido.

A cultura do silêncio, além de se evidenciar em relações abusivas, é fortalecida por normas sociais e estigmas que permeiam o debate sobre a violência doméstica. Apesar dos esforços contínuos de movimentos sociais e organizações para trazer à luz esses debates, a ideia de que a violência é um assunto privado leva muitos a preferirem ignorar a situação. Essa invisibilidade é intensificada por histórias que atribuem culpa às vítimas, fazendo-as acreditarem que, de alguma forma, se suas ações ou comportamentos teriam contribuído para a violência sofrida. (Govindan; Hegarty, 2020).

Pesquisas de Govindan e Hegarty (2020) ressaltam como a objetificação feminina e o fortalecimento de estereótipos de gênero alimentam essa cultura de silenciamento. A concepção de que uma mulher “deve” aceitar a violência em nome da família ou da instituição matrimonial se transforma numa poderosa força que aprisiona as vítimas.

Além dos aspectos de gênero, é indiscutível a interação com elementos raciais e socioeconômicos. Mulheres de comunidades à margem da sociedade frequentemente se deparam com obstáculos extras, como a ausência de acesso a recursos e serviços de suporte (Araújo *et al.*, 2018).

A falta de políticas governamentais efetivas que tratem das particularidades dessas comunidades também contribui para a perpetuação da violência em contextos que já não possuem apoio social e econômico. Portanto, o combate à violência doméstica precisa ser multifacetado, levando em conta as disparidades sociais que alimentam a violência e a cultura do silêncio (Oliveira *et al.*, 2021).

A violência doméstica tem um impacto que ultrapassa as vítimas imediatas, afetando também suas famílias e comunidades. Filhos que se desenvolvem em contextos violentos tendem a normalizar atitudes abusivas, perpetuando assim um ciclo intergeracional de violência (Xu, 2019). Pesquisas de Santos e Carvalho (2021) mostram um crescimento no surgimento de problemas emocionais e comportamentais

em crianças que sofreram violência doméstica, impactando não só na sua infância, mas também nas suas relações futuras. Esta continuidade da violência indica que a sociedade em geral tem a responsabilidade de quebrar o ciclo, desempenhando um papel proativo na educação e na transformação cultural.

Ações de sensibilização podem ser instrumentos eficazes no combate à cultura do silêncio. Iniciativas educativas que incentivem a divulgação franca sobre violência doméstica podem contribuir para a transformação de percepções e comportamentos. Ao conscientizar a sociedade sobre a seriedade do problema e o compartilhamento da responsabilidade, a solução possibilita-se o estabelecimento de um ambiente onde as vítimas se sintam motivadas a se manifestar e procurar auxílio. É crucial introduzir o tema nas escolas e na mídia para desmistificar a violência doméstica, fomentando uma compreensão mais aprofundada dos elementos que a perpetuam (Araújo *et al.*, 2018).

Além disso, a relevância da rede de suporte não deve ser menosprezada. Amigos, parentes e vizinhos têm um papel fundamental na detecção e intervenção em casos de violência. Aprimorar essas redes de suporte pode estabelecer um ambiente mais protegido para as vítimas e auxiliar na quebra do silêncio que as cerca. Também são programas de capacitação para profissionais que interagem diretamente com vítimas de violência, tais como profissionais de saúde, educadores e trabalhadores sociais (Adams *et al.*, 2018). Estes devem estar prontos para ouvir, acolher e apoiar, sem preconceitos ou estigmas, criando um ambiente onde as vítimas se sintam protegidas para compartilhar suas vivências.

A legislação brasileira apresentou progressos notáveis no quesito de proteção à mulher que sofre violência, tais como a Lei Maria da Penha, de 2006 (Brasil, 2006), que impõe medidas de proteção às mulheres que sofrem violência, e a Lei do Feminicídio, de 2015 (Brasil, 2015), que classifica o homicídio de mulheres por motivos de gênero como um delito hediondo. No entanto, a implementação dessas leis encontra frequentemente obstáculos na falta de eficácia dos sistemas judiciais e na resistência cultural ainda existente.

É necessário fortalecer os mecanismos legais, mas também é crucial que as transformações culturais sejam incorporadas a esse processo, garantindo que as queixas sejam investigadas com seriedade e que as vítimas recebam o apoio necessário.

Na última análise, a batalha contra a violência doméstica e a cultura do silêncio

deve ser vista como um esforço conjunto. Nas últimas décadas, o ativismo feminista e a atuação de ONGs foram essenciais para dar destaque a este tema e fomentar a mudança social (Cortez; Ramirez, 2021). É crucial a participação da sociedade civil, das entidades governamentais e acadêmicas para estabelecer um ambiente seguro e receptivo. É essencial continuar a fomentar uma cultura de responsabilidade, na qual a violência não seja percebida como uma questão privada, mas como um problema de saúde pública que exige a participação de todos.

Portanto, dentro de casa, a trajetória de cada vítima de violência doméstica é um fogo que precisa ser aceso, enquanto a cultura do silêncio que a cerca deve ser enfrentada com bravura e resolução.

Garantir que as vozes sejam ouvidas e que a violência seja identificada é a primeira etapa para romper o ciclo de violência e edificar uma sociedade mais equitativa e justa. Combater a cultura do silêncio é, portanto, um dever de todos nós, pois todos temos uma responsabilidade na construção de um futuro sem violência.

### **2.2.1 Vozes silenciadas: dinâmica da violência doméstica**

A violência doméstica é um dos problemas sociais mais relevantes e impactantes da atualidade, atingindo milhões de indivíduos globalmente. A complexidade destas especificidades requer uma abordagem que ultrapassa os dados estatísticos, e busque compreender as vozes silenciadas que frequentemente se escondem por trás das estatísticas (Coelho *et al.*, 2020).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), aproximadamente uma em cada três mulheres ao redor do mundo já foi vítima de violência física ou sexual, geralmente praticada por parceiros próximos. No Brasil, a situação é preocupante: informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) apontam que, em 2021, ocorreram 2.186 assassinatos de mulheres, sendo que mais da metade desses casos foi categorizado como feminicídio.

Esta situação requer uma análise crítica e uma atenção cuidadosa às especificidades da violência doméstica, que não se limita às agressões físicas, mas também às formas sutis de abuso psicológico, emocional e financeiro. Entender que a violência doméstica é uma manifestação multifatorial, que engloba diversas relações de poder e domínio, é fundamental.

De acordo com o discurso feminista, o conceito de violência deve ser expandido

para incluir não apenas ações físicas, mas também formas sutilmente ocultas de opressão, que muitas vezes permanecem ocultas (Bourdieu, 2019). A vida das vítimas é caracterizada por medo, culpa e vergonha, onde o sofrimento silencioso é ignorado pela sociedade e pelas instituições.

As vivências de mulheres submetidas à violência doméstica revelam que muitas se sentem subjugadas por uma estrutura social que perpetua a violência e a desigualdade (Mohammed, 2019). O recebimento de revitimização, a ausência de suporte emocional e financeiro, além da pressão cultural para preservar a unidade familiar, surgem como tópicos frequentes.

Outro ponto crucial é a dinâmica do ciclo da violência, extensivamente discutida por Walker (1979). Muitas mulheres relatam que, após episódios de agressão, os parceiros se retratam e prometem mudanças, fazendo-os acreditar que a situação poderia se aprimorar. No entanto, essa expectativa se dissipa quando o ciclo se repete, gerando uma dinâmica de controle e submissão que torna mais difícil a quebra do vínculo matrimonial.

Um dos maiores obstáculos que as mulheres em situação de violência enfrentam é a dificuldade em procurar ajuda (Govindan; Hegarty, 2020). Ao receber um agressor, das repercussões sociais e econômicas, além da desconfiança nos sistemas de suporte, como a polícia e o sistema judicial, frequentemente as mantêm caladas. A barreira cultural também é relevante; o preconceito em relação à violência doméstica e a necessidade de preservar a imagem de uma família coesa muitas vezes calam as vozes dessas mulheres. A falta de informação e de suporte emocional torna mais difícil entender que a violência não é tolerável, mas uma infração aos direitos humanos.

A escuta atenta e o reconhecimento das vivências femininas são essenciais para a recuperação da identidade dessas mulheres e a prisão após a violência. Este procedimento não apenas fornece apoio, mas também auxilia na construção de uma rede de suporte mais robusta e inclusiva.

Superar a violência doméstica é um processo intrínseco que exige tempo, suporte e recursos. Mulheres capazes de terminar relações abusivas destacam a relevância de recorrer a redes de suporte, tais como grupos de apoio e terapias, que auxiliam na recuperação da autoestima e na busca por caminhos para a independência (Oliveira *et al.*, 2021).

A promoção da independência feminina deve ser uma prioridade nas políticas

governamentais e nas ações sociais. Iniciativas que proporcionem educação, formação profissional e suporte psicológico podem auxiliar as mulheres a se reaproximarem de suas habilidades e alcançarem sua autonomia financeira, um elemento fundamental na quebra de relações abusivas (Xu, 2019).

A violência doméstica é um problema urgente que requer medidas imediatas. Para lidar com essa questão, é crucial que a sociedade compreenda seu papel na prevenção e luta contra a violência. A escuta ativa, a validação das vivências e o aumento da independência feminina são etapas determinantes para um futuro em que cada voz seja ouvida, respeitada e apreciada.

### **2.2.1 Desvendando o silêncio: impactos da cultura silenciosa na violência familiar**

A violência doméstica é uma manifestação que impacta milhões de indivíduos globalmente, apresentando-se de várias maneiras e em variados cenários sociais. A violência doméstica é uma manifestação que impacta milhões de indivíduos globalmente, apresentando-se de diversas formas e em diferentes contextos sociais. Uma de suas características mais relevantes e preocupantes é a cultura do silêncio que frequentemente a envolve. Esta cultura, descrita pelo segredo, negação e constrangimento, causa um impacto significativo nas vítimas, perpetuando um ciclo de violência que, apesar dos esforços institucionais e sociais, persiste ao longo do tempo. Neste segmento, vamos investigar os aspectos dessa cultura silenciosa, suas consequências e as rotas para a sua desconstrução (Araújo *et al.*, 2018).

A cultura do silêncio é um conjunto de regras e atitudes sociais que promovem a omissão e a passividade perante a violência. Em diversas situações, particularmente em sociedades patriarcais, a violência contra a mulher é frequentemente minimizada ou desconsiderada, gerando um ambiente onde as vítimas se sentem inibidas de partilhar as suas vivências (Adams *et al.*, 2018). Conforme pesquisa de Souza e Silva (2022), essa cultura é alimentada por uma mistura de estereótipos de gênero, regras sociais e ausência de suporte das instituições, que frequentemente monitoram e suprimem discursos que discutem a violência.

Os estereótipos de gênero têm um papel fundamental na preservação da cultura do silêncio. Em diversas sociedades, a mulher é instruída a ser submissa e a aceitar a violência como um componente natural da relação. Pesquisas conduzidas

por Almeida e Ferreira (2020) sugerem que essa normatização da violência provoca um sentimento de culpa nas vítimas, fazendo-as se sentirem responsáveis pelo abuso e, conseqüentemente, hesitando em procurar ajuda ou denunciar a situação.

Além disso, a masculinidade prejudicial também auxilia na manutenção desse silêncio (Cortez; Ramirez, 2021). Frequentemente percebido como provedor e controlador, o homem pode se sentir constrangido ou ameaçado por qualquer sinal que revele ou exponha sua fragilidade.

Um outro elemento que amplia a cultura do silêncio na violência doméstica é a insuficiência dos sistemas de suporte, que engloba serviços de saúde, assistência social e a própria justiça (Coelho *et al.*, 2020). Frequentemente, essas entidades perpetuam as normas patriarcais, tornando-se ambientes pouco receptivos para indivíduos que sofreram violência. De acordo com o relatório da Organização Mundial da Saúde (2021), a ausência de suporte emocional e psicológico para as vítimas faz com que elas relutem em procurar ajuda, perpetuando o ciclo de abuso.

A falta de resposta adequada também pode resultar na desacreditação das queixas, onde vítimas que procuram ajuda em delegacias, ou serviços de saúde, muitas vezes se deparam com preconceito e revitimização. Este contexto desencoraja a procura por suporte e fomenta uma sensação de desamparo e solidão (Bourdieu, 2019).

A cultura do silêncio tem um impacto devastador sobre as vítimas de violência familiar. Psicologicamente, essas pessoas podem experimentar complicações como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (Mohammed, 2019). De acordo com um estudo de Lima *et al.* (2024), a internalização do silêncio pode levar à desinteligência emocional, dificultando a capacidade de reflexão e expressar emoções.

Segundo uma pesquisa realizada por Lima *et al.* (2024), a internalização do silêncio pode resultar em desinteligência emocional, o que complica a habilidade de identificar e manifestar sentimentos.

Além disso, o calar das vozes das vítimas estabelece um cenário onde a normalização da violência é intensificada. Crianças criadas em ambientes onde a violência é oculta são mais propensas a reproduzir esses padrões em interações futuras, perpetuando assim o ciclo intergeracional de abuso (Govindan; Hegarty, 2020). O estudo de Adams *et al.* (2018) indica que a vivência de violência familiar durante a infância está ligada a um elevado risco de atitudes violentas na fase adulta.

Para quebrar a cultura do silêncio, é crucial o desenvolvimento de uma estratégia que inclua educação, conscientização e suporte institucional. É preciso promover campanhas de sensibilização que discutam a violência de maneira pública, com foco na desmistificação das vítimas. Iniciativas que promovam a discussão franca sobre a violência, tais como fóruns comunitários, que podem estabelecer um ambiente seguro, onde as vítimas possam ter suas opiniões ouvidas e validadas.

Além disso, é crucial capacitar profissionais da saúde e do direito em temas de gênero e em como tratar vítimas de violência. Devendo abranger não apenas a detecção de fraudes de abuso, mas também métodos de recepção que garantam que as vítimas sejam respeitadas (Oliveira *et al.*, 2021). É fundamental estabelecer programas de suporte psicológico e emocional para as vítimas, oferecendo-lhes recursos necessários para lidar com suas vivências.

Na esfera comunitária, a formação de grupos de apoio onde as vítimas possam partilhar as suas experiências é uma tática eficiente, uma vez que possibilita a partilha de vivências e o estreitamento de vínculos de solidariedade (Xu, 2019). Pesquisas indicam que o suporte mútuo pode ser uma fonte essencial de recuperação e fortalecimento (Araújo *et al.*, 2018).

Quebrar o silêncio sobre a violência doméstica é um desafio que exige bravura, resiliência e um esforço conjunto. Este capítulo, ao discutir os efeitos da cultura silenciosa e suas consequências nas vítimas, argumenta que a mudança social é viável.

Através da educação, do suporte institucional e do estabelecimento de redes comunitárias, é possível promover um ambiente onde a voz das vítimas seja reconhecida, respeitada e acolhida. Apenas dessa forma conseguiremos quebrar o ciclo da violência e fomentar uma sociedade mais equitativa e justa.

### **2.2.2 O eco do silêncio: como a cultura do silêncio contribui para a violência**

Um aspecto frequentemente ignorado é a "cultura do silêncio", que está profundamente enraizada nas estruturas sociais, tradições e princípios de uma sociedade, este contexto dificulta que as vítimas relatem as agressões e procurem ajuda (Adams *et al.*, 2018).

Este silêncio, muitas vezes imposto socialmente, é particularmente notório em culturas com alta posição de gênero (Cortez; Ramirez, 2021). Nessas culturas, as

mulheres são estimuladas a serem submissas e a assumirem um papel passivo em suas relações, normalizando a violência e reforçando a noção de que devem "tolerar" o que ocorre no lar.

As regras sociais que dão prioridade à unidade familiar em detrimento do bem-estar individual reforçam essa dinâmica, incentivando a noção de que os conflitos familiares devem ser solucionados internamente, representados pela história do "fogo da casa", que não deve ser apagado por pessoas estranhas (Coelho *et al.*, 2020). A falta de mobilização social para contestar essa cultura contribui para o aumento da violência doméstica, pois as comunidades, muitas vezes, ignoram os sinais de abuso ou minimizam a gravidade da situação, alimentando a crença de que a agressão é aceitável ou esperada.

Neste cenário, raramente se discute a responsabilidade do agressor, enquanto as vítimas são frequentemente sobrecarregadas pela culpa e pela vergonha. O efeito psicológico da violência é arrasador e intensificado pelo silêncio, fazendo com que as vítimas se sintam desamparadas e sem suporte (Mohammed, 2019). O Dr. terapeuta Bessel Van Der Kolk (2014) ressalta a relevância de narrar a própria trajetória como parte do processo de recuperação, e a ausência dessa possibilidade de expressão pode levar a traumas não superados, depressão e ansiedade severas.

A prioridade deve ser promover a conscientização sobre a violência doméstica, e a educação tem um papel fundamental na desconstrução da cultura do silêncio, ensinando igualdade de gênero e respeito às crianças, para que elas cresçam sem aceitar a violência como parte de suas vidas (Govindan; Hegarty, 2020).

Campanhas de sensibilização são fundamentais para expor esses temas, estimulando as vítimas a procurarem ajuda e os agressores a reavaliarem suas atitudes. A mídia tem a capacidade de construir histórias que questionem a normalização da violência e evidenciem as repercussões do abuso, e campanhas como a "Não se cale, denuncie!" são exemplos disso (Oliveira *et al.*, 2021).

É necessário revisar as políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, no Brasil, para satisfazer as demandas das vítimas, não apenas penalizando os agressores, mas também estabelecendo redes de suporte que proporcionem abrigo, suporte jurídico e serviços de saúde. Ações comunitárias que incluam homens no debate sobre masculinidade e violência são essenciais, pois o envolvimento deles na batalha pela igualdade de gênero pode ter um impacto específico na cultura (Xu, 2019).

O silêncio sobre a violência doméstica alimenta um ciclo de abuso que afeta

milhões de pessoas em todo o mundo. Para gerar transformações relevantes, é crucial questionar as regras sociais que sustentam essa cultura de silêncio e fomentar um diálogo franco sobre o assunto. A educação, a sensibilização e a execução de políticas públicas efetivas são etapas fundamentais para romper esse ciclo, proporcionando às vítimas os meios para procurar auxílio e reescrever suas trajetórias.

### **2.2.3 Políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica**

As estratégias governamentais para combater a violência doméstica no Brasil foram organizadas em várias direções, com a elaboração de leis e programas focados na defesa das mulheres e na promoção de seus direitos. A Lei nº 11.340, também chamada de Lei Maria da Penha, é um marco nessa batalha. Esta lei, promulgada em 7 de agosto de 2006, define mecanismos fundamentais para a defesa das mulheres diante de situações de violência. Ela abrange ações como a concessão de medidas protetivas urgentes, assegurando, dessa forma, um apoio eficaz às vítimas (Brasil, 2006).

Nesse sentido, um marco importante também foi a implementação do Programa “Mulher, Viver Sem Violência”, lançado em 2013. Este programa tem como objetivo integrar e coordenar políticas públicas contra a violência de gênero, por meio da implementação de centros de referência para atendimento à mulher. Nestes locais, as mulheres fornecem serviços de suporte psicológico, legal e social, fundamentais para garantir sua proteção e reabilitação. Além disso, o programa visa fomentar a independência financeira das mulheres, oferecendo cursos de formação e acesso ao microcrédito, expandindo as possibilidades de empoderamento (Brasil, 2013).

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha é reconhecida como uma das três legislações mais eficazes do mundo no enfrentamento da violência contra a mulher (Brasil, 2020). No entanto, apesar desse reconhecimento, sua efetividade encontra obstáculos relacionados a fatores culturais e institucionais, como a resistência cultural que tende a minimizar a gravidade da violência doméstica e a insuficiência de recursos destinados à formação e capacitação das equipes que atuam na área.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência doméstica, com um foco especial na violência contra as mulheres. Um dos marcos mais recentes nesse

contexto é o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em 2023 (Brasil, 2023b). Esse pacto representa um esforço coletivo do Governo Federal, estados, municípios e sociedade civil para fortalecer a rede de proteção às mulheres e garantir seus direitos.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as foi criado como um compromisso para monitorar e implementar ações eficazes de combate à violência de gênero (Brasil, 2023b). Seu lançamento reflete a urgência em atender a uma das principais violências que afetam a população feminina no país. Entre os objetivos principais do pacto, destacam-se:

- Integração das ações de proteção – O pacto busca um alinhamento entre as diversas esferas do governo e a sociedade civil, promovendo uma atuação conjunta e coordenada para o atendimento às mulheres em situação de violência.
- Capacitação de profissionais – A formação de agentes de segurança, saúde e assistência social para o melhor acolhimento das mulheres vítimas de violência é uma prioridade, pois garante que esses profissionais estejam preparados para oferecer suporte de qualidade.
- Acesso à justiça – O compromisso de garantir que mulheres vítimas de violência tenham acesso a mecanismos legais e judiciais é fundamental. O pacto prevê a ampliação de medidas protetivas e a simplificação dos processos judiciais.
- Prevenção e educação – Um dos pilares do pacto é a promoção de campanhas educativas que visem à prevenção da violência de gênero, abordando temas como a equidade de gênero e o respeito às diferenças.
- Apoio psicológico e social – O pacto também inclui a oferta de serviços de apoio psicológico e social às vítimas, fundamentais para o processo de recuperação e reintegração social.

A Rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) também tem uma função crucial no apoio a mulheres vítimas de violência (Brasil, 2021). O SUAS tem a responsabilidade de garantir direitos socioassistenciais, oferecendo acesso a serviços de acolhimento, orientação e saúde para as vítimas. Esta coordenação de serviços é

vital para garantir que as mulheres obtenham o apoio necessário em situações de vulnerabilidade.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é outro elemento importante, sendo uma estratégia do Governo Federal para coordenar ações entre vários ministérios e a sociedade civil. O objetivo é abordar a violência contra a mulher como um problema de saúde pública e direitos humanos, com a intenção de ampliar os recursos e a conscientização sobre o assunto (Brasil, 2020).

As Delegacias da Mulher e os Centros de Referência da Mulher foram especificamente projetados para fornecer suporte e assistência a mulheres que lidam com situações de violência. Os Centros de Referência oferecem um serviço abrangente que inclui suporte social, psicológico e jurídico, estabelecendo um ambiente receptivo para as vítimas. Por outro lado, as Delegacias da Mulher visam simplificar o registro de incidentes, sendo especializadas para satisfazer as demandas particulares das mulheres, tornando o procedimento mais prático e sensível (Brasil, 2020).

Além disso, a Lei nº 13.104, de 2015, que classifica o feminicídio como um delito hediondo, representa um progresso notável na legislação do Brasil e reforça o conceito de que a morte de uma mulher por causa de sua condição de gênero deve ser severamente punida (Brasil, 2015). Esta legislação comunica claramente à sociedade que a violência contra a mulher é intolerável e deve ser abordada com a seriedade que merece.

Embora existam leis sólidas, a ausência de denúncias pode levar à ideia de que tais ações não são imprescindíveis ou eficientes.

Para lidar com essa questão, o governo do Brasil tem realizado campanhas de sensibilização cujo objetivo é estimular denúncias. A instituição do Disque 100, um serviço anônimo e sem identificação destinado a denunciar abusos e infrações aos direitos humanos, ilustra a tentativa de romper o silêncio. Este meio oferece uma opção crucial para as mulheres que se sentem inseguras ao se apresentarem diretamente às autoridades (Oliveira *et al.*, 2021).

Adicionalmente às campanhas, é crucial estabelecer mecanismos de proteção, como as medidas de proteção condicionais na Lei Maria da Penha, para garantir que as vítimas se sintam protegidas ao fazerem as denúncias. Ter conhecimento de que existem mecanismos que garantem a sua proteção após uma denúncia é um elemento fundamental que pode motivar mais mulheres a compartilharem suas vivências de

violência (Govindan; Hegarty, 2020).

As políticas públicas destinadas a combater a violência doméstica no Brasil têm progredido, mas ainda se deparam com desafios que dificultam os avanços para o rompimento do silêncio perante o vivenciamento do problema. Dentro deste cenário, observa-se que é crucial que o governo persista em ações que estimulem denúncias e proporcione assistência eficaz às vítimas. A execução de políticas unificadas, envolvendo a sociedade civil, é essencial para estabelecer um ambiente onde as mulheres se sintam protegidas e respaldadas para que as vítimas de violência possam encontrar sua voz e, assim, quebrar o ciclo de violência que as restringem.

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os fatores relacionados à perpetuação do silêncio diante da violência doméstica, descrevendo os facilitadores e obstáculos enfrentados pelas mulheres atendidas pelo Núcleo Margaridas no processo de ruptura desse silêncio.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar as pesquisadas sociodemograficamente;
- Descrever os principais fatores que estão relacionados para a manutenção do silêncio perante a violência doméstica;
- Descrever a percepção das entrevistadas quanto aos principais fatores que empoderam as mulheres para a ruptura do silêncio perante à violência;
- Identificar os principais obstáculos enfrentados na busca por ajuda;
- Descrever como as ações e serviços oferecidos pelo Núcleo Margaridas corrobora para o enfrentamento da violência doméstica;
- Identificar quais as mudanças necessárias para prevenir a violência doméstica na comunidade;
- Identificar, por meio das narrativas das mulheres, mensagens para inspirar outras que ainda vivenciam o silêncio diante da violência doméstica.

## 4 MÉTODO

Neste capítulo, serão descritos os processos e instrumentos que foram utilizados e adotados para a realização desta pesquisa.

### 4.1 TIPO DO ESTUDO

Foi realizado um estudo qualitativo com uso de grupo focal que ocorreu na região sul-litorânea do estado do Espírito Santo, Brasil. De acordo com Yin (2014), nesse tipo de estudo, o pesquisador analisa e interpreta um caso específico, investigando a fundo o fenômeno em questão.

De acordo com Morgan (1997), o grupo focal é uma técnica essencial para a obtenção de dados em estudos qualitativos, permitindo um aprofundado entendimento das percepções, sentimentos e opiniões dos participantes em relação ao tema em questão. O método do grupo focal se baseia na interação e na dinâmica de grupo, permitindo não apenas a coleta direta de informações, mas também a análise das interações sociais e das visões compartilhadas pelos participantes. Assim, é possível obter uma compreensão mais profunda das experiências e perspectivas dos participantes sobre determinado tema.

O grupo focal é uma técnica de coleta de dados bastante utilizada em pesquisas qualitativas. Através desta técnica, um grupo de participantes selecionados discute uma série de tópicos pré-determinados, com o objetivo de obter *insights*, opiniões e percepções sobre o assunto em questão. Além disso, o grupo focal também permite explorar ideias de forma mais abrangente e descobrir possíveis influências e interações entre os participantes. É uma ferramenta útil para explorar questões complexas e multifacetadas, possibilitando a análise de diferentes pontos de vista (Ressel *et al.*, 2008).

### 4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Núcleo Margaridas, localizado no município de Anchieta, Espírito Santo, Brasil. Anchieta é uma cidade litorânea, pertencente à região sul do estado, situada a cerca de 90 quilômetros da capital Vitória (IBGE, 2024).

No entanto, apesar de seu potencial, o município enfrenta desafios

socioambientais. O crescimento do turismo e da atividade industrial gera impactos na infraestrutura, no meio ambiente e na comunidade local. Além disso, são necessárias discussões e ações para o desenvolvimento sustentável, a preservação dos recursos naturais e a valorização da cultura local (Ressel *et al.*, 2008).

O Núcleo Margaridas é um serviço de Política Pública de enfrentamento e atendimento às mulheres, vinculado à Secretaria Estadual das Mulheres (SEMS) e executado por meio de parceria com o Instituto Gênesis (IG). Seu objetivo é contribuir para a erradicação de toda forma de violência contra às mulheres e para o resgate e fortalecimento da cidadania, através da ampliação da rede de serviços especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do Estado do Espírito Santo.

O Núcleo oferece diversos tipos de atendimentos às mulheres, como o acolhimento à mulher em situação de violência, orientação em momento de crise, atendimento psicossocial, acompanhamento jurídico, atividades de prevenção e plantão telefônico aos sábados.

O Núcleo Margaridas atende pessoas residentes nos seguintes municípios: Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Rio Novo do Sul, Piúma e Presidente Kennedy.

Realça-se que o acesso aos serviços por parte dessas mulheres é realizado por procura espontânea ou por encaminhamento de outros serviços. As violências sofridas pelas mulheres podem ser de diversos tipos, como a física, psicológica, sexual, moral, virtual, obstétrica, patrimonial e institucional.

O quantitativo exato de mulheres atendidas no Núcleo Margaridas de Anchieta não está disponível nos resultados de pesquisa por se tratarem de dados internos das instituições, não divulgados publicamente em relatórios gerais.

### 4.3 AMOSTRA

O público-alvo do estudo foram mulheres em situação de violência residentes nas microrregiões de atendimento do Nucleo Margaridas. Participaram do estudo seis (n=6) mulheres. O número amostral obitido respeitou o critério de saturação dos dados e está de acordo com o recomendado pela literatura científica, a qual indica que esse tipo de estudo pode ser realizado com um grupo de 6 a 15 indivíduos (Ressel *et al.*, 2008).

### **4.3.1 Critérios de Inclusão**

Foram incluídos no estudo mulheres com faixa etária entre 18 e 60 anos. As participantes possuíam histórico de vivência de algum tipo de violência doméstica, seja física, psicológica, sexual ou econômica e participavam do Núcleo Margaridas, que atende mulheres da microrregião que abrange o município de Anchieta, ES.

### **4.3.2 Critérios de Exclusão**

Foram considerados como critérios de exclusão do estudo mulheres com problemas de comunicação ou que não se sentiam emocionalmente aptas para falar sobre o assunto. Entretanto, todas as mulheres convidadas a participar do estudo foram incluídas na pesquisa, não houve, portanto, exclusão de amostra.

## **4.4 COLETA DE DADOS**

A coleta de dados da pesquisa foi realizada em um único momento, por meio de roda de conversa com duração de 1 hora e 30 minutos. As participantes foram informadas de forma clara e compreensível qual era o objetivo, metodologia e possíveis impactos do estudo, livre de coação e conflitos de interesse, após a anuência por escrito, e aprovação do Comitê de Ética, os dados foram coletados.

Foram coletadas informações para caracterização das participantes (idade, etnia, gênero, escolaridade, número de filhos, renda familiar mensal) e informações sobre cultura do silêncio e violência doméstica, tais como: fatores familiares sociais, econômicos, culturais, religiosos e psicológicos que influenciam nesse processo, além de barreiras enfrentadas pelas mulheres na busca por apoio e quebra do silêncio e como a rede de apoio e ações do Núcleo Margaridas contribuem nesse processo. As participantes também foram instigadas a citar sobre as mudanças sociais necessárias para melhoria desse cenário e a deixar uma mensagem de apoio para outras mulheres que vivenciam situações de violência (APÊNDICE A).

Foi criado um roteiro para a condução da roda de conversa em grupo a fim de conduzir uma conversa produtiva e enriquecedora sobre o tema. Na construção do roteiro da roda de conversa, foram considerados elementos identificados por estudos

científicos na temática de cultura de violência, tais como aspectos socioculturais (Mohammed, 2019; Xu, 2019; Govindan; Hegarty, 2020; Cortez; Ramirez, 2021), religiosos (Mohammed, 2019) e estratégias para a promoção de mudanças sociais necessárias para prevenir a violência doméstica (Xu, 2019; Govindan; Hegarty, 2020). Esses temas são fundamentais para a compreensão da cultura do silêncio em diferentes contextos de violência doméstica e para a identificação de estratégias e políticas eficientes no combate a esse grave problema.

Foi criado um ambiente seguro e acolhedor para que os participantes se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências, percepções e opiniões sobre a temática em questão. Os relatos foram gravados e mantido em sigilo, respeitando a lei de proteção de dados.

Realçamos que não foi realizada nenhuma análise documental dos atendimentos realizados pelo Núcleo de Anchieta, porque esse tipo de análise comprometeria o sigilo das informações das mulheres atendidas.

A identidade das participantes foi mantida em sigilo, cada participante recebeu um pseudônimo com nomes de Flores, em homenagem ao Núcleo Margaridas.

#### 4.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados para essa pesquisa foi realizada utilizando uma abordagem qualitativa.

Primeiramente, todas as entrevistas foram transcritas e, em seguida, foram lidas e relidas para se obter uma familiaridade com o conteúdo. Na sequência, foram identificados trechos relevantes que abordem temas relacionados à cultura do silêncio e à violência doméstica. Esses trechos foram então categorizados em temas e subtemas, buscando encontrar padrões e tendências recorrentes, os mesmos foram emergidos das narrativas das pesquisadas. Foi utilizada análise temática conforme proposto por Braun e Clarke (2006) que seguiu as seguintes etapas:

1. Familiarização com os dados: Nesta etapa foi feita uma leitura crítica do material, a mesma foi realizada repetida vezes para imersão e apreensão aprofundada dos temas abordados na entrevista. Anotações prévias foram realizadas para auxiliar na compreensão dos achados.
2. Geração de códigos iniciais: Na fase de geração de códigos iniciais, foi realizado

um processo metódico e cuidadoso de releitura dos relatos coletados durante a pesquisa. A codificação sistemática dos dados envolveu a atribuição de códigos a trechos específicos das narrativas. Esses códigos funcionam são ideias relevantes relacionados ao objetivo do estudo. Os códigos foram descritivos e representativos do conteúdo, permitindo que os recorrentes padrões pudessem ser identificados e analisados posteriormente.

3. Busca por temas: Após a criação de códigos iniciais, eles foram agrupados em temas mais amplos, de modo que representem padrões significativos nas respostas, ou seja, os temas não foram previamente definidos, eles emergiram das narrativas dos pesquisados.
4. Revisão dos temas: Nesta etapa os temas foram verificados para identificar se eles possuíam relação com os achados verificados, os temas foram refinados, alterados, e avaliados quanto a coerência e sua distinção com os demais.
5. Definição e nomeação dos temas: Nesta fase, há o refinamento na essência de cada temática, de modo que elas descrevam de forma clara o que cada uma representa, sua lógica interna e sua relação com a pergunta de pesquisa.

Os dados de caracterização da população estudada foram descritos utilizando análise estatística descritiva.

#### 4.6 ASPECTOS ÉTICOS

Inicialmente, foi garantido que todos os participantes da pesquisa estivessem devidamente informados sobre a natureza da pesquisa, os objetivos e os possíveis riscos envolvidos, além de obter o consentimento deles de forma clara e voluntária. Foi garantida a confidencialidade das informações obtidas durante a pesquisa.

As participantes da pesquisa, mulheres atendidas pelo Núcleo Margaridas, foram convidadas a participar do estudo livre de coação ou conflitos de interesse, elas deram a anuência por escrito, via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A).

A Pesquisa respeitou os princípios éticos vigentes conforme a Resolução 466/2012 (Brasil, 2012) e a Resolução CNS 510/2016 que traz diretrizes sobre os Princípios Éticos das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016) e demais legislações vigentes. Os dados somente foram coletados após aprovação do

Comitê de Ética.

Por reconhecermos as diferenças culturais e a diversidade dentro da comunidade pesquisada. As tradições e crenças locais foram todas respeitadas, evitando qualquer forma de estereótipo ou generalização cultural.

Ao apresentarmos os resultados da pesquisa, certificamo-nos de respeitar a privacidade dos participantes e tomamos cuidado para não expor ninguém a riscos adicionais, para tal, utilizamos pseudônimos para descrever os casos de forma anônima.

O projeto possui aprovação do Comitê de Ética com número do parecer: 7.534.088 (ANEXO B).

## 5 RESULTADOS

Nas próximas seções, serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa, seguidos das conclusões que surgem a partir da análise realizada.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Abaixo, apresenta-se uma tabela de caracterização das participantes, que resume os dados sociodemográficos coletados. Esta tabela é essencial para contextualizar as experiências compartilhadas e a diversidade do grupo.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográficas das Participantes

<b>Variáveis sociodemográficas</b>		<b>Número de participantes ou mediana</b>
<b>Faixa etária mediana</b>		35,5 anos (Min – 29 anos – Máx. 49 anos)
<b>Gênero</b>	Cisgênero	6 participantes
<b>Etnia</b>	Branca	<b>5 participantes</b>
	Preta	1 participante
<b>Escolaridade</b>	Ensino Médio	1 participante
	Ensino superior	<b>3 participantes</b>
	Pós-graduação	2 participantes
<b>Renda</b>	≤1 salário mínimo	1 participante
	>1 e ≤2 salários	2 participantes
	>2 e ≤3 salários	2 participantes
	Acima de 3 salários	1 participante
<b>Maternidade</b>	Não teve filhos	2 participantes
	Um filho	2 participantes
	Dois ou três filhos	2 participantes

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Observou-se que a maioria das participantes autodeclararam-se brancas (n=5), tinham ensino superior completo (3 participantes com ensino superior e 2 com pós-graduação). Apenas 1 participante apresentou renda de salário mínimo ou menos, e duas participantes não tiveram filhos (Tabela 1).

## 5.2 ANÁLISE QUALITATIVA: EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES NARRADAS PELAS MULHERES

A Tabela 2 aborda a compreensão das mulheres acerca do silêncio da sociedade diante de situações de violência doméstica, bem como os motivos que contribuem para essa postura.

Tabela 2 – Principais fatores relacionados a perpetuação do silêncio da violência Doméstica

<b>Tema Principal</b>	<b>Subtemas observados</b>	<b>Participantes</b>
A normalização social da violência	Aceitação social da violência	<b>4</b>
	Influência negativa midiática	1
	Desinformação da mulher	1
	Culpabilização da vítima	1
Sentimentos que marcam a violência	Sensação de não ser ouvida	2
	Medo	2
	Retaliação	2
	Autoculpa	1
	Sensação de julgamento social	1
	Solidão	1
	Receio de agravamento da violência do parceiro	1
Família e rede de suporte	Filhos	1
	Falta de suporte	<b>2</b>
	Dependência financeira e/ou emocional	1

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A discussão sobre o silêncio da sociedade em relação à violência doméstica contra mulheres é complexa e multifacetada. Nas entrevistas realizadas, foram identificados três temas principais: a normalização social da violência, os sentimentos que permeiam essa realidade e o papel da família e das redes de apoio (conforme apresentado na Tabela 2). Esses temas revelam tanto dimensões individuais quanto coletivas, incluindo sentimentos que contribuem para a invisibilidade das vítimas.

As narrativas das entrevistadas apontam que a sociedade tende a não denunciar os casos de violência, demonstrando uma aceitação da violência doméstica, percepção expressa por quatro participantes. Destaca-se, assim, a indiferença emocional que prevalece frente a tais acontecimentos, refletindo um desinteresse da comunidade em intervir ou oferecer apoio. Um exemplo disso pode ser encontrado na narrativa de Rosa:

*“Muitas pessoas simplesmente não se importam ou acham que o problema não é delas. Isso gera um ambiente onde a violência pode prosperar sem contestação” (Rosa)*

A normalização social da violência também pode ser refletida nas formas como as notícias são transmitidas pelas mídias, seja de forma trivial ou romantizada (n=1 mulher), assim como pela falta de acesso à informação, por parte das vítimas, acerca de seus direitos) e políticas de apoio para essas mulheres (n=1 mulher). Esses fatores, em conjunto, contribuem para a perpetuação de uma cultura que relativiza a gravidade dessas situações, contribuindo para o ciclo de submissão e silêncio.

Toda essa situação é marcada por sentimentos negativos, como sensação de não ser ouvida, solidão, apreensão, e receio de retaliações por parte do parceiro. Além disso, a possibilidade de vivenciar um agravamento da situação, como uma violência maior por parte do parceiro, é um dos fatores que as participantes acreditam estar relacionados a perpetuação do silêncio perante os casos de violência.

Os elementos supracitados podem ser observados nas falas das participantes, conforme descrito a seguir:

*“Sim, eu acredito que é muito comum. Muitas mulheres têm medo não só de que suas queixas sejam ignoradas, mas também de possíveis retaliações do parceiro, que pode se tornar ainda mais violento” (Rosa).*

*“Exatamente. Vivemos em uma sociedade que, muitas vezes, aceita a violência como parte do cotidiano. A mídia frequentemente trivializa ou romantiza essas situações” (Girassol).*

*“E não é só isso. É desesperador perceber que há tanta desinformação. Muitas mulheres não sabem que existem serviços de apoio ou que têm direitos que podem ser reivindicados” (Violeta).*

Além disso, os estigmas sociais persistentes dificultam ainda mais a saída desse ciclo de violência. As vítimas frequentemente sentem-se marginalizadas e estigmatizadas, julgadas e até mesmo se culpam e se responsabilizam pela violência, culpando-se por não conseguir mudar o agressor, como pode ser observado nos seguintes relatos:

*“Sim, eu me sentia tão sozinha que era como se minhas palavras não importassem. O medo de ser avaliada me mantinha distante” (Violeta).*

*“Um fato alarmante é que a sociedade ainda tende a culpar a vítima em vez de responsabilizar o agressor. Isso reforça essa ideia de que elas devem permanecer em silêncio” (Girassol).*

*“Às vezes, me pergunto se a culpa é minha. Eu não consegui fazê-lo mudar. Parece que todo mundo está olhando e julgando” (Jasmin).*

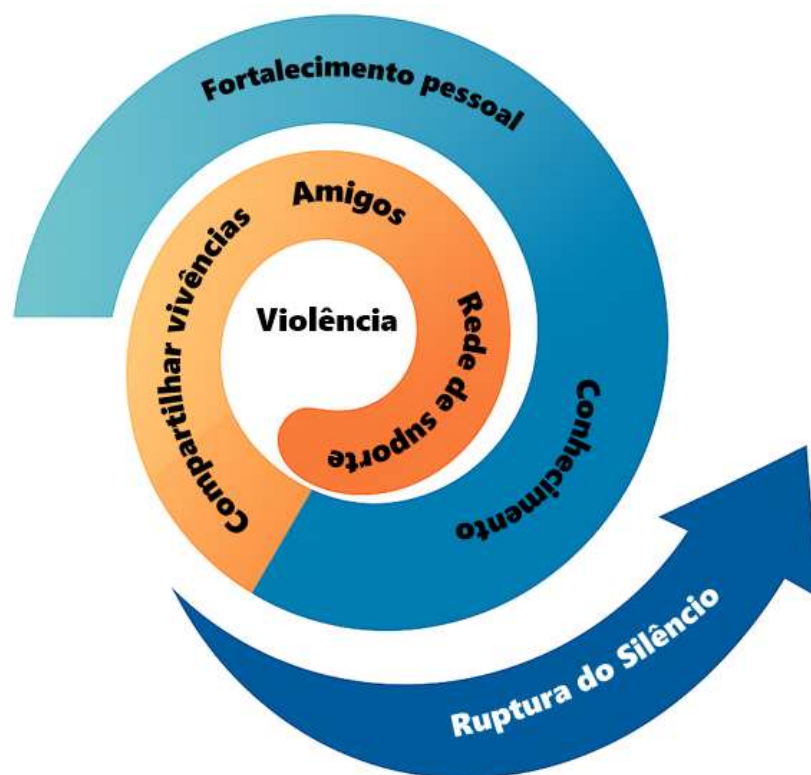
Outro ponto relevante nesse processo é a família e a rede de apoio, que representam motivos para a perpetuação do silêncio e violência. No caso da família, há, para algumas mulheres a falta de suporte, o medo da repressão familiar, sem saber o que fazer sozinha, como cuidar dos filhos, com quem poder contar foram motivos citados pelas participantes que levaram as mulheres a permanecer em silêncio, como ilustrado nas narrativas descritas abaixo:

*“Eu sempre tive medo do que poderia acontecer se eu falasse. E se ele me encontrar na rua? E se a minha família souber e ficar brava comigo?” (Tulipa).*

*“Sem dúvida, temos que pensar nos nossos filhos. Se eu sair, como vou cuidar deles? Quem vai me ajudar?” (Dália).*

Os principais elementos que permitiram que as mulheres rompessem a barreira do silêncio e procurassem ajuda para sair da situação foram ilustrados na Figura 1.

Figura 1 – Esquema ilustrativo do espiral para a ruptura do silêncio frente à violência doméstica



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A figura representa o processo espiralado que é vivenciado pelas mulheres entrevistadas para romper o silêncio perante a violência doméstica. Em tons laranjas representa-se a rede de suporte que é constituída principalmente pelos amigos e o compartilhamento das vivências com pessoas que vivenciaram situações semelhantes. Em tons azuis, é ilustrado o conhecimento e seu potencial de fortalecimento pessoal e a construção da autoconfiança. Todos os fatores, em conjunto, contribuem para a ruptura do silêncio.

Para as entrevistadas, os elementos mais importantes, que foram essenciais para que elas decidissem quebrar o silêncio e buscar ajuda, estavam relacionados à rede de apoio, o papel dos amigos e de compartilhar o problema com mulheres que vivenciaram situações semelhantes. O aprendizado também foi destacado como elemento de fortalecimento pessoal e autoconfiança, como pode ser observado nas narrativas descritas abaixo:

*“Quando comecei a compartilhar, percebi que outras pessoas também passavam pelo mesmo. Juntas, tornamos o fardo mais leve” (Tulipa).*

*“Eu aprendi que dividir a carga emocional é essencial. Ninguém precisa carregar tudo sozinho” (Girassol).*

*“Meus amigos foram fundamentais. Sem eles, minha jornada teria sido muito mais dolorosa” (Rosa).*

*“Aprender sempre foi uma maneira de me sentir mais forte. A busca por conhecimento me deu confiança” (Dália).*

O testemunho das participantes revela a importância de criar um espaço de diálogo e suporte emocional, onde cada história é válida e pode ressoar com a experiência do outro. Isso, por sua vez, fortalece a rede de apoio e os laços que ajudam a enfrentar os desafios da vida.

A tabela a seguir apresenta uma análise das respostas obtidas em relação à pergunta: "Qual(is) foi(foram) os maiores obstáculos enfrentados por vocês na busca por ajuda?" As respostas das participantes refletiram uma diversidade de experiências e percepções, destacando barreiras como estigmas sociais, falta de informações, dificuldades financeiras e questões culturais (Tabela 3).

Tabela 3 – Os maiores obstáculos enfrentados durante busca por ajuda para enfrentamento da violência

<b>Tema Principal</b>	<b>Subtemas observados</b>	<b>Participantes</b>
<b>Falta de suporte</b>	Dificuldades de encontrar ajuda	1
	Falta de rede de apoio	2
<b>Socioeconômico</b>	Falta de recursos	1
	Desanimador não ter apoio	1
<b>Sentimentos negativos</b>	Sentimento de não ser ouvida	1

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A falta de suporte, evidenciada pela dificuldade de encontrar ajuda e falta de redes e pessoas próximas, bem como fatores socioeconômicos, a exemplo da escassez de recursos, configuram-se como os principais obstáculos apontados pelas participantes para busca por ajuda. Essas situações corroboraram para sentimentos negativos, como desânimo por não ter apoio e sentimento de não ter voz, elementos que realçam a normalização da violência pela sociedade. Uma das participantes relatou que sentiu na pela a dificuldade de acesso aos serviços:

*“Eu tentei buscar ajuda em muitos lugares, mas sempre esbarrei na falta de recursos. É desanimador saber que não há apoio suficiente”* (Violeta).

Enquanto outra participante relatou que:

*“Sem o apoio de quem está ao nosso redor, fica muito difícil lidar com essas questões. Precisamos de pessoas que nos ouçam”* (Girassol).

A violência doméstica é um problema social que afeta inúmeras famílias e comunidades, exigindo ações efetivas para sua prevenção e enfrentamento. Nesse contexto, o Núcleo Margaridas se destaca como uma instituição comprometida em acolher e apoiar vítimas desse tipo de violência. A tabela a seguir apresenta uma análise temática das narrativas das participantes, obtidas sobre como as ações e serviços oferecidos pelo Núcleo Margaridas contribuem para a luta contra a violência doméstica (Tabela 4).

Através de diversas iniciativas, como atendimento psicológico, apoio jurídico e atividades de empoderamento, o Núcleo Margaridas se propõe a criar um ambiente seguro e acolhedor, promovendo a autonomia e a recuperação das mulheres afetadas por essa problemática. A seguir, apresenta-se um panorama das contribuições desse trabalho, conforme relatadas pelas participantes da pesquisa (Tabela 4).

Tabela 4 – As ações e serviços oferecidos pelo Núcleo Margaridas contribuem para o enfrentamento da violência doméstica

<b>Tema Principal</b>	<b>Subtemas observados</b>	<b>Participantes</b>
Rede de apoio	Compartilhamento das vivências	1
	Apoio psicológico e social/Terapia em grupo	1
	Atendimento médico	1
	Atendimento de Assistência social	1
	Atendimento e orientação jurídica	1
Sentimentos	Sensação de inclusão, as mulheres sentem que não estão sozinhas	1
	Inspiração para transformação	1

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O Núcleo Margaridas tem se destacado em sua atuação no enfrentamento da violência doméstica, oferecendo uma diversidade de serviços que abrangem desde o apoio psicológico até a orientação legal. As participantes dessa pesquisa ressaltaram como cada uma dessas ações contribui significativamente para a criação de um ambiente seguro e acolhedor para as vítimas, além de promover a sua autonomia e empoderamento. A seguir, vamos explorar as falas das participantes sobre como os serviços do Núcleo Margaridas impactam as mulheres em situação de violência.

Um dos pontos enfatizados é a importância do apoio psicológico e social. As terapias individuais e em grupo têm sido fundamentais para ajudar as vítimas a reconstruírem suas vidas após traumas. Rosa destacou que

*“As terapias em grupo permitem que as mulheres compartilhem suas experiências e compreendam que não estão sozinhas”.*

Esses depoimentos mostram como o acolhimento e a escuta ativa são essenciais para o bem-estar das mulheres que enfrentam situações adversas. Outro aspecto importante abordado foi o atendimento multidisciplinar imediato, que integra profissionais de diversas áreas para dar uma resposta rápida e eficaz às necessidades das vítimas.

*“A integração entre médicos, assistentes sociais e juristas permite um atendimento mais completo. Isso é essencial” (Violeta).*

Essa fala ilustra que a colaboração entre diferentes profissionais é fundamental para um suporte efetivo. Além disso, a informação e orientação legal se mostram essenciais no processo de recuperação e empoderamento das mulheres.

Outro tema emergido das narrativas das entrevistadas evidenciou a sensação de inclusão e pertencimento, e o fato de observar mulheres em posição de poder inspira e transforma a lógica social, como evidenciado por Jasmin: *“Precisamos de mais mulheres em posições de decisão. Isso pode inspirar outras e transformar a lógica de poder em nossa sociedade”*.

Essas observações indicam que o enfrentamento da violência doméstica requer um esforço conjunto, onde toda a comunidade se une para apoiar as vítimas. Em suma, as falas das participantes da discussão sobre as ações e serviços oferecidos pelo Núcleo Margaridas refletem um compromisso coletivo em promover o bem-estar e a autonomia das mulheres em situação de violência. A interseção entre apoio psicológico, orientação legal, empoderamento e a construção de uma rede de apoio comunitário é essencial para transformar realidades e garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas e respeitadas.

A tabela a seguir ilustrou as narrativas das pesquisadas em relação as mudanças que são necessárias para prevenir a violência doméstica em no âmbito da comunidade (Tabela 5).

Tabela 5 – Mudanças necessárias para prevenir a violência doméstica em nossa comunidade

<b>Tema Principal</b>	<b>Subtemas observados</b>	<b>Participantes</b>
	Recursos comunitários	1
	Grupo de apoio	1
Estratégias de apoio	Apoio psicológico aos lares	1
	Ambiente seguro	1
	Campanhas para combate à violência	1

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A prevenção da violência doméstica no âmbito comunitário requer a implementação de várias mudanças estruturais. As participantes também discutiram a necessidade de um apoio psicológico acessível. Muitas vítimas de violência doméstica enfrentam barreiras significativas para acessar a ajuda necessária. A

teleterapia e os serviços online se tornaram uma alternativa viável, especialmente em comunidades onde o acesso a serviços de saúde mental é limitado, como pode ser observado no relato de Rosa:

*“Devemos garantir que a terapia e o apoio psicológico cheguem aos lares, especialmente no formato online, que facilita o acesso” (Rosa).*

As mulheres também evidenciaram a importância de criar ambientes seguros para o compartilhamento das experiências e a obtenção de ajuda, refletindo o que evidencia o papel das articulações comunitárias e dos grupos de apoio na construção de respostas coletivas da sociedade civil frente à violência, conforme discutido a seguir:

*“Precisamos criar ambientes onde as pessoas se sintam seguras para compartilhar suas experiências e buscar apoio” (Dália).*

*“É vital mapear recursos comunitários e formar grupos de apoio. Isso engaja a comunidade na luta contra a violência” (Tulipa).*

Essa discussão nos revela que a prevenção da violência doméstica é um esforço que demanda o comprometimento e a participação ativa de todos os setores da sociedade, visando a construção de um ambiente seguro e respeitoso.

Na sequência, apresentam-se as mensagens inspiradoras deixadas pelas participantes, as quais foram solicitadas durante a roda de conversa e consta no roteiro do grupo focal (APÊNDICE B). As mesmas são mensagens inspiradoras e empoderadoras, destinadas a mulheres que ainda se encontram em silêncio, enfrentando desafios e dificuldades em suas vidas. Esses depoimentos refletem a esperança, a força e a importância de se fazerem ouvir, além de oferecer um acolhimento a todas àquelas que buscam coragem para se libertar de relações abusivas, preconceitos ou opressões. Por meio dessas palavras, buscou-se incentivar uma conversa aberta e a busca por apoio, ressaltando que nenhuma mulher deve enfrentar suas lutas sozinha. Aqui peço licença e me coloco em primeira pessoa para desejar que essas mensagens sirvam de luz e inspiração para aquelas que ainda hesitam em compartilhar suas histórias.

As vozes silenciadas têm um impacto significativo na sociedade e na vida de cada uma. A autoafirmação é um passo vital na jornada de recuperação e empoderamento. A valorização da própria opinião fortalece a mulher individualmente

e também contribui para a transformação coletiva. O desejo de ter voz ativa foi evidenciado na mensagem de Girassol:

*“Nunca subestime o poder da sua voz. Cada palavra que você coloca para fora tem o potencial de provocar mudanças” (Girassol).*

O desafio de se comunicar, especialmente em momentos de vulnerabilidade, pode ser esmagador. Muitas mulheres hesitam em buscar ajuda, temendo o estigma que ainda envolve a saúde mental. Este estigma não deve nos impedir de procurar apoio; ao contrário, é vital que esse processo seja desmistificado.

*“Quando sentir que não está bem, não hesite em buscar ajuda. É fundamental falar e se abrir sobre o que sentimos” (Violeta).*

*“E lembre-se, vocês não estão sozinhas. Criar uma rede de apoio pode fazer toda a diferença” (Dália).*

A busca pela autoconfiança é um caminho que exige trabalho constante. As afirmações positivas podem parecer simples, mas têm um impacto profundo na crença que temos em nós mesmas. Envolver-se em práticas de autocuidado também é fundamental para o fortalecimento da autoestima.

*“Acredite na sua força. Cada pequeno passo que você dá em direção ao amor-próprio conta” (Jasmin).*

Em síntese, a mensagem que se pode transmitir para aquelas que ainda vivem em silêncio é clara e carregada de esperança: você não está sozinha, sua voz importa, procure ajuda, seja forte e acredite na sua força. Juntas, todas podem caminhar para fora do silêncio e encontrar a liberdade e o empoderamento que merecemos.

## 6 DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam uma complexa interação entre as vivências de violência doméstica, a normalização do silêncio em relação ao tema e a busca por apoio entre mulheres que enfrentam essas situações. As entrevistas proporcionaram uma visão abrangente dos fatores que perpetuam a violência, os obstáculos que as mulheres encontram ao buscar ajuda e a relevância de redes de apoio e intervenção profissional para romper o ciclo de silêncio.

Os dados sociodemográficos indicam um perfil de participantes predominantemente brancas, com nível educacional elevado e variabilidade em relação à renda e maternidade. A média de idade das participantes foi de aproximadamente 35 anos, indicando que as experiências relatadas correspondem a mulheres adultas que, em sua maioria, possuem formação acadêmica, o que pode estar associado a determinado nível de autonomia. Esse achado pode ser comparado à literatura que aponta que a violência contra a mulher atinge todas as camadas sociais, mas que a exclusão e a marginalização são fatores que acentuam essa vulnerabilidade (Macedo, 2020).

Dentro desse cenário, evidencia-se que a violência doméstica em mulheres adultas, em idade produtiva, e com maior grau de escolaridade, decorre de normas sociais patriarcais e do machismo estrutural que, aliados a falhas institucionais presentes em diferentes níveis da sociedade, contribuem para a naturalização da subordinação feminina, independentemente do grau de instrução da mulher.

Por outro lado, sabe-se que as mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente mulheres negras e em condição de pobreza, sofrem de forma mais intensa os impactos da violência em razão da combinação de fatores relacionados à raça, à classe e ao gênero (Oliveira, 2018; Teixeira; Plaza, 2024).

Destaca-se que, embora a educação reduz riscos pontuais, ela não elimina as relações de controle de gênero, a violência psicológica e patrimonial, nem as fragilidades institucionais que comprometem a proteção efetiva (Augusto, 2023; Teixeira; Jacob, 2025).

A persistência da impunidade, da desconfiança nas instituições e das pressões culturais que estigmatizam a denúncia afeta mulheres de diferentes classes sociais, mantendo-as em situação de vulnerabilidade, mesmo quando estas possuem maior nível de escolarização (Lima *et al.*, 2024; Marques; Pereira; Da Silva Dias, 2024).

Na discussão sobre a normalização do silêncio em torno da violência doméstica, as falas das participantes ecoam uma aceitação social da violência, fato observado em quatro relatos. Este fenômeno é corroborado pela literatura, que indica que a cultura da aceitação da violência doméstica é profundamente enraizada em diversas sociedades, onde as vítimas frequentemente se sentem culpadas (Silva, 2018). As participantes expressaram a sensação de não serem ouvidas e a consequente solidão, sentimentos que perpetuam o ciclo de silêncio. Rosa exemplifica essa realidade ao afirmar que a indiferença social é uma das maiores barreiras enfrentadas.

Além disso, a influência negativa da mídia e a desinformação sobre direitos e serviços disponíveis para as vítimas foram aspectos destacados por uma participante. Esses fatores contribuem para perpetuar uma cultura que minimiza a gravidade da violência, conforme já discutido por autores que abordam a relação entre mídia e a percepção de violência (Lima *et al.*, 2024).

Conforme as narrativas das participantes, observou-se que os sentimentos de medo, autculpa e sensação de serem julgadas socialmente são vivenciados pelas mesmas. Esses sentimentos estão interligados e ilustram a correspondente falta de suporte emocional. A literatura sustenta que o medo da retaliação e a autculpabilização são barreiras críticas que impedem que as mulheres denunciem a violência (Silva; Costa, 2020). Este achado reforça a necessidade de intervenções direcionadas à mudança da mentalidade social e ao fortalecimento emocional das vítimas, que ainda se veem pressionadas por um estigma que as marginaliza.

No que tange a rede de suporte, seja através de amigos ou de grupos que compartilham experiências semelhantes, esta desempenha um papel fundamental na superação do silêncio. As participantes sinalizaram que compartilhar suas histórias lhes proporciona um alívio emocional e uma sensação de pertencimento. A literatura reforça essa ideia, indicando que redes sociais de apoio são cruciais para a recuperação de mulheres em situação de violência (Mendes, 2022). O Núcleo Margaridas exemplifica essa necessidade ao oferecer um ambiente seguro para o diálogo e o acolhimento das participantes.

Os relatos das participantes sobre as ações do Núcleo Margaridas evidenciam um caminho positivo para a luta contra a violência doméstica. A variedade de serviços oferecidos demonstra que uma abordagem multidisciplinar é eficaz para atender às múltiplas necessidades das vítimas. As terapias em grupo, por exemplo, oferecem um

espaço seguro e promovem a inclusão, essenciais na recuperação emocional das mulheres. Esses achados estão alinhados com a literatura, que ressalta a importância da terapia e do suporte emocional (Silva; Costa, 2020).

No que concerne aos obstáculos enfrentados pelas mulheres ao buscar ajuda, as participantes destacaram que estes incluem: falta de suporte, dificuldades financeiras e sentimentos de desânimo. Esses achados são alarmantes e demonstram a falta de investimento e acessibilidade em serviços de apoio. O Estado, enquanto agente responsável pela proteção das vítimas, falha ao não garantir que esses serviços estejam disponíveis e acessíveis em realidades vulneráveis. A literatura destaca que políticas públicas efetivas são cruciais para promover a proteção e os direitos das mulheres (Costa, 2023).

Dentro desse contexto, observa-se que o Estado brasileiro, apesar dos avanços, ainda enfrenta desafios estruturais na proteção às mulheres em situação de violência doméstica, evidenciados pela fragmentação da rede de atendimento e pela precariedade dos serviços especializados (Augusto, 2023; Sampaio *et al.*, 2025; Souza; Santos, 2025). As vítimas ainda possuem desconfiança frente a eficácia do aparato legal e de Saúde Pública, que reflete a baixa capacidade protetiva percebida, desestimulando denúncias (Lima *et al.*, 2024).

Embora a Lei Maria da Penha tenha sido um grande marco de avanços no âmbito jurídico, sua implementação esbarra em subfinanciamento, escassez de delegacias e juizados especializados, e apresenta capacitação insuficiente dos profissionais que atuam com este público-alvo (Augusto, 2023; Sampaio *et al.*, 2025). A morosidade judicial e a resistência das instituições limitam a aplicação da lei, enquanto o descumprimento frequente das medidas protetivas por parte dos agressores gera impunidade e aumenta o risco de feminicídio (Teixeira; Jacob, 2025; Sousa; Guida, 2024). A ausência de programas de reeducação para agressores e de sistemas integrados de monitoramento fragiliza ainda mais a efetividade das medidas, evidenciando o descompasso entre a legislação e sua operacionalização no cotidiano (Souza, 2016; Sousa; Guida, 2024).

Para a transformação desse cenário marcado pela violência, as participantes do estudo apontam a necessidade de iniciativas como a criação de ambientes comunitários de apoio psicológico e o desenvolvimento de campanhas de conscientização. Segundo a literatura, a proposta de teleterapia é uma medida viável que pode facilitar o acesso ao suporte necessário. Essa abordagem já foi discutida em

estudos que ressaltam a importância de estratégias inovadoras para atender a população vulnerável (Lima *et al.*, 2024).

Os resultados desta pesquisa enfatizam a urgência de um envolvimento mais profundo da sociedade e do Estado na luta contra a violência doméstica. A normalização do silêncio e o estigma social frustram as iniciativas que visam criar um ambiente seguro para as vítimas. As vozes das participantes revelam a necessidade de mais apoio emocional, educação sobre direitos e acesso a serviços adequados. Para romper esse ciclo prejudicial, deve-se promover um diálogo aberto e o fortalecimento de redes de suporte que acolham e empoderem as mulheres. É necessário um esforço coletivo e estruturado que busque não apenas tratar as consequências da violência, mas também prevenir sua ocorrência, criando um espaço onde as mulheres possam se sentir seguras, respeitadas e ouvidas.

No contexto da violência doméstica, as mulheres enfrentam desafios que vão além da violência em si. A maternidade, um aspecto central na vida de muitas dessas mulheres, acarreta uma série de complicações que afetam não somente a saúde física e emocional, mas também as condições socioeconômicas em que vivem.

As narrativas das entrevistadas revelaram uma complexa relação entre a maternidade e a violência doméstica. Muitas delas expressaram que, apesar do sofrimento, a presença dos filhos funcionou como um motivo de resistência e esperança. Segundo Silva (2021), a maternidade é um fator de proteção emocional que pode impulsionar mulheres a buscar a saída de relações abusivas, embora frequentemente elas se sintam presas entre o amor pelos filhos e o medo do agressor. Assim, a dinâmica familiar se torna um campo de tensão, onde as decisões das mulheres são mediadas pela experiência da maternidade.

Além disso, a gravidez e a criação dos filhos em um contexto de violência muitas vezes se tornam um fardo adicional. De acordo com Almeida e Ferreira (2020), a presença de crianças pode ser tanto um fator motivador para a busca de mudanças quanto um entrave, uma vez que a dependência financeira e emocional do parceiro violento se torna mais intensa quando há filhos envolvidos. Portanto, a maternidade em circunstâncias de violência se transforma em um aspecto que pode dificultar a denúncia e as ações de proteção.

A questão socioeconômica também emerge como um elemento crucial na análise das histórias narradas. Muitas das mulheres no grupo relataram que a falta de recursos financeiros limita suas opções e agrava a situação de vulnerabilidade.

Consoante a Oliveira (2022), a dependência econômica em relação ao parceiro pode ser um dos principais motivos que mantêm a mulher em relações abusivas, criando um ciclo vicioso de violência.

É importante destacar que algumas das mulheres entrevistadas possuem uma escolaridade relativamente alta, o que representa um diferencial significativo em seu processo de denúncia. Pesquisa realizada por Lima e Santos (2019) aponta que a escolaridade está diretamente relacionada à capacidade de uma mulher reconhecer e desafiar a violência, além de procurar apoio em grupos e serviços especializados. No caso do Núcleo Margaridas, as participantes relataram que, ao conseguir acessar informações e suporte, sentiram-se mais empoderadas para enfrentar a situação.

O grupo de apoio vinculado ao Núcleo Margaridas foi crucial para as mulheres, proporcionando um espaço seguro para compartilhamento de experiências e fortalecimento mútuo. A coesão entre as participantes e a troca de vivências foram fundamentais para que muitas delas encontrassem coragem para denunciar e buscar ajuda. Em consonância com a afirmação de Costa (2023), grupos de apoio funcionam como verdadeiro suporte psicológico e material, permitindo que as mulheres percebam que não estão sozinhas na luta contra a violência. Essa rede de apoio se mostra essencial não apenas para o fortalecimento emocional, mas também para o desenvolvimento de condições que favoreçam a autonomia financeira e pessoal.

As histórias e experiências das mulheres do Núcleo Margaridas em Anchieta/ES demonstram que a maternidade, quando sobreposta à violência doméstica, cria um cenário complexo que pode ser tanto um fator de resistência quanto de aprisionamento. As condições socioeconômicas e a escolaridade são determinantes no processo de denúncia e no empoderamento dessas mulheres, enfatizando a importância de iniciativas que promovam educação e apoio psicológico. Fica evidente que a luta contra a violência doméstica deve considerar não apenas a proteção imediata, mas também os fatores estruturais que perpetuam a vulnerabilidade dessas mulheres.

O Observatório de Violência Doméstica do Estado do Espírito Santo é uma iniciativa essencial para o monitoramento e análise da violência contra a mulher na região. A plataforma reúne dados atualizados sobre ocorrências, tipos de violência e perfis das vítimas, permitindo uma compreensão mais aprofundada do fenômeno. Segundo o último relatório divulgado (Brasil, 2024), o Estado apresentou um aumento de 15% nos registros de atendimento às mulheres vítimas de violência em

comparação ao ano anterior, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes.

Além disso, dados do Disque 180 apontam que, em 2022, o Espírito Santo recebeu cerca de 10 mil ligações relacionadas a casos de violência doméstica, refletindo a urgência em abordar essa problemática de forma integrada (Santos; Carvalho, 2022).

A violência doméstica é um problema social complexo que afeta milhões de mulheres no Brasil e no mundo, e que demanda um conjunto robusto de políticas públicas para seu enfrentamento. Durante a entrevista realizada com seis mulheres do Núcleo Margaridas em Anchieta/ES, ficou evidente que, apesar dos avanços nas legislações, como a Lei Maria da Penha, existem lacunas na implementação efetiva das políticas de proteção e apoio às vítimas. Segundo a socióloga Ana Paula de Oliveira (2021), a efetividade das políticas públicas depende não apenas de legislações, mas de uma rede de apoio que inclua serviços de saúde, educação e assistência social, capazes de acolher e empoderar as mulheres que vivem essa realidade.

Nesse sentido, é fundamental que os governos locais promovam programas de sensibilização e formação de profissionais, além de garantir recursos adequados para que as vítimas tenham acesso a abrigo, atendimento psicológico e jurídico. Conforme ressaltam Silva e Costa (2020), a articulação intersetorial é essencial para a construção de um sistema de proteção efetivo. Portanto, é imprescindível que as vozes das mulheres entrevistadas sejam ouvidas na construção de políticas públicas que atendam suas necessidades, pois, como lembra Mendes (2022), a participação das mulheres na formulação de políticas é crucial para que estas sejam eficazes e respeitem suas realidades.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência doméstica no âmbito do Núcleo Margaridas proporcionou uma análise aprofundada sobre os fatores que perpetuam o silêncio em torno desse grave problema social. Com a clara orientação para a identificação de facilitadores e obstáculos enfrentados por essas mulheres, podemos afirmar que os objetivos propostos foram, em grande parte, alcançados.

Primeiramente, ao caracterizar a população de participantes sociodemograficamente, notamos que, mesmo entre mulheres com níveis de escolaridade elevados, persiste o ciclo de silêncio e a dificuldade de buscar ajuda. Essa observação evidencia a necessidade de uma abordagem mais integrada que relacione fatores sociais, culturais e emocionais, além das condições de vida, que também influenciam a experiência de violência por elas enfrentada.

Os resultados demonstram que a normalização da violência e a aceitação cultural de comportamentos agressivos se revelam como dificuldades cruciais à ruptura do silêncio. Através das narrativas, emergiram sentimentos de medo, desinformação e a sensação de não serem ouvidas, todos elementos que reforçam a cultura do silêncio em nossa sociedade. Esses dados reafirmam a importância de implementar políticas públicas que não apenas informem sobre os direitos das mulheres, mas que também atuem na desconstrução dos estigmas e preconceitos que envolvem a violência doméstica.

Além disso, a análise dos obstáculos encontrados pelas mulheres ao buscarem ajuda revelou barreiras significativas, como a falta de suporte familiar e a dependência financeira, que muitas vezes as mantêm presas em ciclos de violência. Nessa perspectiva, o papel do Núcleo Margaridas se destaca como uma estratégia eficaz de intervenção, oferecendo não apenas acolhimento, mas também orientação jurídica e apoio psicológico, elementos essenciais para o empoderamento das mulheres.

As sugestões apresentadas pelas participantes para a prevenção da violência doméstica, como a criação de grupos de apoio e campanhas de conscientização, além de estruturas institucionais de apoio comunitários, refletem uma demanda clara por uma ação mais proativa e abrangente. Essas iniciativas são fundamentais para a construção de um ambiente seguro e acolhedor, onde as mulheres possam se sentir confortáveis para compartilhar suas histórias e buscar a ajuda necessária.

Por fim, as mensagens de esperança e empoderamento deixadas pelas participantes não só ressaltam a resiliência das mulheres, mas também enfatizam a importância de promover um espaço de escuta ativa e acolhimento. Elas servem como lembrete de que a luta contra a violência doméstica não é apenas uma questão individual, mas um desafio social que requer o comprometimento de toda a comunidade. Em suma, esta pesquisa não apenas contribui para a compreensão da complexidade do silêncio em torno da violência doméstica, como também oferece caminhos concretos para a ação e transformação social, reforçando que o silêncio pode e deve ser rompido em busca de uma vida digna e respeitosa para todas as mulheres.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, A. E. *et al.* Desenvolvimento da Escala do Abuso Econômico. **Violência Contra a Mulher**, v. 14, n. 5, p. 563–588, 2018.

ALMEIDA, R. D.; FERREIRA, L. A maternidade sob a ótica da violência: reflexões sobre a dependência e a resistência. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 42, n. 1, p. 123-134, 2020.

ARAÚJO, W. S. C. *et al.* A influência do consumo de bebidas alcoólicas na ocorrência de violência por parceiro íntimo: revisão integrativa. **Arqu. Ciências saúde UNIPAR**, v. 22, n. 2, p. 117-122, maio-ago.2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-883585>. Acesso em: 04 de nov. de 2023.

AUGUSTO, H. de O. Domestic Violence as a Human Rights Issue Beyond (Criminal) Accountability: A Brazilian Case Study. **Contemporary Challenges**, v. 4, 2023. DOI: 10.2218/ccj.v4.9120.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2026.

BRASIL. **Programa Mulher, Viver Sem Violência**. – 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mulher/viver-sem-violencia>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o Código Penal para incluir o feminicídio como uma das modalidades de homicídio e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm). Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre a regulamentação da pesquisa em humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). **Relatório de implementação da Lei Maria da Penha**. 2020. Disponível em: <http://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mulher/relatorio-2020.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/assuntos/assistencia-social/suas>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. 357 p. 2023a. (Relatório estatístico sobre violência e segurança pública no Brasil, incluindo dados de violência doméstica).

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. 2023. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRASIL. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Indicadores de violência contra mulheres – PNAD 2021. Relatório Estatístico, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/datamulheres>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Observatório da Mulher contra a Violência (OMV)**. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher — Indicadores estaduais de violência letal contra mulheres 2023: Espírito Santo. Brasília: Senado Federal, 2024. (Relatório com dados sobre feminicídios).

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida não é chamada de vida**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2010.

CAPALDI, D. M. *et al.* Revisão sistemática de fatores de risco para violência por parceiro íntimo. **Revista Abuso de Parceiros**, v. 3, n. 2, p. 231–280, 2021.

CARHART-HARRIS, R. L. Os psicodélicos e a importância essencial do contexto. **Revista de Psicofarmacologia**, 30(12), 1181-1182, 2016.

COELHO, E. B. S. *et al.* **Políticas públicas no enfrentamento da violência**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 51 p. Disponível em: <https://www.unasus.ufsc.br>. Acesso em: 4 nov. 2023.

CORTEZ, A.; RAMIREZ, R. Quebrando a Cultura do Silêncio: Entendendo as Barreiras para Denunciar a Violência Doméstica em Comunidades Latinx. **Revista de Psicologia Latinoamericana**, v. 9, n. 2, p. 123-140, 2021.

COSTA, M. A. Grupos de apoio e empoderamento: uma análise das redes de suporte para mulheres vítimas de violência. **Revista de Estudos de Gênero**, v. 22,

n. 3, p. 45-58, 2023.

DAVIS, A. Y. **A Liberdade é uma Luta Constantemente Feminista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Violência contra mulheres em 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. ISBN 978-65-89596-25-7. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/102>. Acesso em: 26 maio 2024.

GAITÁN, M.; PÉREZ, S. A Voz do Silêncio: Gênero e Violência Doméstica na América Latina. **Revista de Estudos de Gênero**, v. 11, n. 2, p. 145-162, 2019.

GARCÍA-MORENO, C. *et al.* The health-systems response to violence against women. **The Lancet**, v. 385, n. 9977, p. 1567–1579, 2015. DOI: 10.1016/S0140-6736(14)618

GOVINDAN, A.; HEGARTY, K. Silêncio, sofrimento e agência das mulheres: a cultura do silêncio em relação à violência doméstica na Etiópia rural. **Revista de Violência de Gênero**, v. 4, n. 1, p. 117-132, 2020.

HUMMELS, C.; COSTA, L. Entre a Subordinação e a Resistência: Estudo sobre a Cultura do Silêncio em Contextos de Violência. **Cadernos de Gênero e Política**, v. 15, n. 1, p. 23-40, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Anchieta (ES)**. *Cidades@IBGE*, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/anchieta.html>. Acesso em: 26 maio 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO – ISER. **Relatório de atividades 2023**. Rio de Janeiro: ISER, 2024. Disponível em: [https://iser.org.br/wpcontent/uploads/2024/06/Relatorio\\_de\\_atividades\\_ISER\\_2023.pdf](https://iser.org.br/wpcontent/uploads/2024/06/Relatorio_de_atividades_ISER_2023.pdf). Acesso em: 26 maio 2024.

LIMA, G. K. S. de *et al.* Lei Maria da Penha: impactos na redução da violência de gênero e na transformação das dinâmicas sociais e culturais de desigualdade. **Revista Vida**, v. 3, n. 1, 2024. DOI: 10.63021/issn.2965-8853.v3n1a2024.222.

LIMA, T. P.; SANTOS, C. R. Educação e empoderamento: o papel da escolaridade na denúncia de violência. **Journal of Gender Studies**, v. 15, n. 2, p. 76-89, 2019.

MARQUES, J. C.; PEREIRA, C. O.; DA SILVA DIAS, T. de J. S. Aplicação da Lei Maria da Penha: a Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência? **Revista Científica da UNIFENAS**, v. 6, n. 8, p. 103–?, 2024. DOI: 10.29327/2478266.6.8-17.

MENDES, T. **Políticas Públicas e a Voz da Mulher**. São Paulo: Editora Mulheres em Foco, 2022.

MOHAMMED, E. A Cultura do Silêncio: Experiências de Violência Doméstica de Mulheres Muçulmanas na Austrália. **Revista Brasileira de Estudos de Gênero e de Artes Visuais**, v. 3, n. 2, p. 45-61, 2019.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, A. C. de P. S. Violencia contra las mujeres: un problema cultural en Brasil. **Polyphônia - Revista de Educación Inclusiva**, v. 2, n. 2, p. 175-198, 2018.

OLIVEIRA, A. P. Desafios nas Políticas de Enfrentamento à Violência Doméstica. **Revista Brasileira de Política e Sociedade**, v. 12, n. 3, p. 45-68, 2021.

OLIVEIRA, J. et al. Percepções Sobre Intervenções Grupais com Homens Autores de Violência contra as Mulheres. **Revista Psicologia & Sociedade**. 33.2021.

OLIVEIRA, J. T. Dependência econômica e violência de gênero: desafios e perspectivas. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 18, p. 4, p. 102-115, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 2022**. Viena: UNODC, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 6 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. ONU Mulheres. **Relatório sobre a situação da mulher no mundo**. 2023. Disponível em: <https://www.unwomen.org/pt/digital-library/publications/2023/titulo-do-relatorio>. Acesso em: 26 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Violence against women**. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 6 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Violência contra a mulher: estatísticas-chave**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 25 jan. 2024.

RAMOS, A. S.; RABELO, K. S. A violência doméstica nas implicações do abuso sexual e psicológico e o desafio na denúncia das vítimas. **Direito**, v. 29, e. 140, nov. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-violencia-domestica-nas-implicacoes-do-abuso-sexual-e-psicologico-e-o-desafio-na-denuncia-das-vitimas/>. Acesso em: 6 jan. 2026.

RESSEL, L. B. *et al.* O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto contexto enf.**, v. 17, n. 4, p. 779-86, out.-dez., 2008.

SAMPAIO, D. A. M. *et al.* A efetividade da lei maria da penha na proteção dos direitos fundamentais das mulheres em situação de violência doméstica.

**Missioneira**, v. 27, n. 8, p. 366-374, 2025.

SANTOS, A. B.Z; CARVALHO, C. E. Impactos emocionais da violência doméstica na infância: evidências de uma pesquisa 2021. **Revista Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento**, v. 18, n. 2, p. 123–138, jul. 2021. DOI: 10.1234/rbpd.v18i2.56789.NASCIMENTO et al. – 2022

SILVA, A. S. O impacto da maternidade na violência doméstica: relatos e desafios. **Revista de Psicologia Feminina**, v. 10, n. 1, p. 67-80, 2021.

SILVA, J. C.; COSTA, L. M. Rede de Proteção: Uma Necessidade Urgente. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 8, n. 2, p. 23-37, 2020.

SOUSA, E. E. dos S.; GUIDA, M. dos R. R. *A Lei Maria da Penha: análise das medidas de proteção e apoio às vítimas*. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 11, e7854, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n11-152

SOUZA, J. P. P. de; MATOS, F. R. N.; PRESTES, I. P. Violência Doméstica, Lei Maria da Penha e os Fatores Que Influenciam a Denúncia. **NTQR**, v. 19, março 2024. DOI: <https://doi.org/10.36367/ntqr.19.2023.e858>

SOUZA, L. T. de. **Da expectativa à realidade**: a aplicação de sanções na Lei Maria da Penha. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

TEIXEIRA, F.; JACOB, A. A luta silenciosa: as barreiras não vistas da lei maria da penha. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 16, n. 1, p. 1–17, 2025. 2025.

TEIXEIRA, R. P.; PLAZA, L. B. La violencia contra las mujeres en Brasil: un análisis multidimensional. **Revista Salud y Desarrollo**, v. 8, n. 3, 2024. DOI: 10.55717/pwgv7999.

VAN DER KOLK, B. A. **The Body Keeps the Score**: Brain, Mind, and Body in the Healing of Trauma. New York: Viking Press, 2014. ISBN: 978-0-670-78593-3.

WALKER, L. E. **The Battered Woman**. New York: Harper & Row, 1979.

WILKINSON, S. T.; D'SOUZA, D. C. Problemas com a medicalização da maconha. **Revista JAMA**, v. 311, n. 23, p. 2377-2378, 2019.

XU, X. A Cultura do Silêncio: Uma Barreira para Abordar a Violência por Parceiro Íntimo entre Mulheres Imigrantes Chinesas. **Revista Internacional de Sociologia**, v. 11, n. 3, p. 123-142, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Desenho e métodos. Thousand Oaks, CA: Sage Publicações, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

1. Qual a sua idade?  
\_\_\_\_\_ anos
  
2. Etnia/Cor?
  - a) ( ) Branca
  - b) ( ) Preta
  - c) ( ) Parda
  - d) ( ) Indígena
  - e) ( ) Amarela/Oriental
  - f) ( ) Outra: \_\_\_\_\_
  
3. Gênero?
  - a) ( ) Mulher cisgênero
  - b) ( ) Mulher transgênero
  - c) ( ) Outro: \_\_\_\_\_
  
4. Escolaridade?
  - a) ( ) Ensino Fundamental Incompleto
  - b) ( ) Ensino Fundamental Completo
  - c) ( ) Ensino Médio Incompleto
  - d) ( ) Ensino Médio Completo
  - e) ( ) Ensino Superior Incompleto
  - f) ( ) Ensino Superior Completo
  - g) ( ) Pós-graduação
  
5. Número de filhos?  
\_\_\_\_\_ filhos

6. Renda Familiar Mensal?

- a)  Até 01 salário mínimo
- b)  De 01 a 02 salários mínimos
- c)  De 02 a 03 salários mínimos
- d)  Acima de 03 salários mínimos

**Assinatura ou identificação (opcional):**

---

## APÊNDICE B – QUESTÃO PARA ENTREVISTA – GRUPO FOCAL

Questões a serem discutidas no grupo focal:

1. Vocês acham que é comum a sociedade ficar em silêncio quando as mulheres sofrem violência doméstica? Porque isso acontece?
2. Quais são os principais motivos que levam as mulheres a permanecerem em silêncio diante da violência?
3. Que fatores (familiares, sociais, econômicos, culturais, religiosos ou psicológicos) vocês acreditam que mais contribui para que mulheres permaneçam em silêncio?
4. Vocês já viveram histórias de violência em que preferiram ou precisaram guardar isso em segredo? Como foi isso para vocês?
5. O que foi mais importante para vocês decidirem quebrar o silêncio e buscar ajuda?
6. Quem ou o que te ajudou a se sentir mais forte e confiante, ou seja, mais empoderada, para enfrentar a situação de violência?
7. Qual(is) foi(foram) os maiores obstáculos enfrentados por vocês na busca por ajuda?
8. Como as ações e serviços oferecidos pelo Núcleo Margaridas contribuem para o enfrentamento da violência doméstica?
9. Que mudanças vocês acreditam serem necessárias para prevenir a violência doméstica em nossa comunidade?
10. Que mensagem vocês gostariam de deixar para mulheres que ainda estão vivendo em silêncio?

## ANEXOS

### ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: “A cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica: um estudo qualitativo”, sob a responsabilidade de Neuziane José de Castro Neris.

**JUSTIFICATIVA:** Uma das principais razões pelas quais a violência doméstica persiste é a cultura do silêncio que a envolve. Muitas vítimas têm medo de denunciar seus agressores devido a ameaças de retaliação, sentimentos de vergonha, dependência financeira e abuso emocional. Além disso, alguns casos de violência doméstica são minimizados, ignorados ou até mesmo aceitos pela sociedade, criando ainda mais barreiras para que as vítimas busquem ajuda. Diante desse contexto, uma pesquisa sobre a cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica pode ajudar a gerar um maior entendimento sobre os mecanismos que contribuem para a manutenção desse problema.

Ao entender as razões pelas quais as vítimas de violência doméstica permanecem em silêncio e como essa cultura é perpetuada, será possível desenvolver estratégias mais eficazes para combater esse problema. Isso pode envolver a criação de campanhas de conscientização, educação sobre os direitos das vítimas, programas de apoio e proteção às vítimas e ações preventivas que enfatizem a importância de denunciar a violência doméstica. Portanto, a pesquisa sobre a cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica será fundamental para ampliar o conhecimento sobre esse tema, promover mudanças significativas na sociedade e oferecer suporte adequado às vítimas desse tipo de violência.

**OBJETIVO(S) DA PESQUISA:** Analisar a relação entre a cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica, visando compreender como essa cultura contribui para a manutenção da violência.

**PROCEDIMENTOS** para a realização desta pesquisa, será formado um grupo de

mulheres que participam do Núcleo Margaridas e que concordarem em participar do estudo estudo. As participantes serão convidadas a participar de uma roda de conversa, chamada de grupo focal, onde irão compartilhar suas experiências de forma voluntária e em um ambiente seguro e acolhedor. Antes da participação, todas receberão explicações claras sobre o objetivo da pesquisa, como as informações serão coletadas e utilizadas, e poderão tirar dúvidas. Durante o encontro, serão feitas perguntas sobre temas relacionados à violência doméstica e à cultura do silêncio, e o grupo discutirá sobre o assunto. A roda de conversa para a participação do estudo acontecerá somente uma vez. As conversas serão gravadas apenas para que possamos analisar as informações com mais precisão, mas todas as identidades das participantes serão mantidas em sigilo.

**DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA:** A pesquisa é vinculada ao Programa de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM, localizada em Vitória ES. As entrevistas acontecerão no Núcleo Margaridas que é um serviço da política pública de enfrentamento e atendimento às mulheres, vinculado à Secretaria Estadual das Mulheres (SEMS) e executado por meio de parceria com o Instituto Gênese (IG). Seu objetivo é contribuir para a erradicação de toda forma de violência contra às mulheres e para o resgate e fortalecimento da cidadania, através da ampliação da rede de serviços especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do Estado do Espírito Santo. O Núcleo Margaridas atende aos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Rio Novo do Sul, Piúma e Presidente Kennedy. Está localizado na Rua Padre João Arriagui, 172, Centro, Anchieta-ES. A pesquisa terá duração aproximada de 1 ano, mas a entrevista acontecerá somente uma vez.

**RISCOS E DESCONFORTOS:** O risco é mínimo, o processo de entrevista poderá causar algum desconforto emocional, uma vez que o tema tratado envolve experiências de violência doméstica e situações sensíveis que podem despertar lembranças dolorosas. Para minimizar esses desconfortos, a entrevista será realizada em grupo e será conduzido em um ambiente acolhedor e respeitoso, onde as participantes poderão compartilhar suas histórias de forma voluntária, podendo se retirar a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. Além disso, uma profissional da área psicossocial estará disponível para oferecer suporte emocional,

caso alguma participante sinta necessidade. Se identificado o agravamento de algum desconforto, as participantes serão orientadas e, se necessário, encaminhadas para atendimento especializado do Sistema único de Saúde. O sigilo e a privacidade de todas as informações serão rigorosamente preservados.

**BENEFÍCIOS:** Não haverá benefício direto para a participante. A Pesquisa pode contribuir para a compreensão dos fatores socioeconômicos, culturais e estruturais que perpetuam a violência doméstica na região e desta forma fornecer dados que possam ser utilizados para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência doméstica.

**ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:** Os participantes receberão todas as informações necessárias sobre a participação da pesquisa por parte do(s) pesquisador(es) responsáveis. Todas as participantes, caso necessitem, terão assistência imediata e integral gratuita por danos decorrentes da pesquisa caso se aplique.

**GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO** Você não é obrigada a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatad(a) pelos pesquisadores.

**GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE:** Os pesquisadores se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

**GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO:** Os participantes não terão custos ou compensação financeira com a participação na pesquisa. Na ocorrência de algum dano, comprovadamente decorrente da participação na pesquisa, previstos ou não neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), será garantida a indenização, conforme determinação da legislação vigente.

**GARANTIA DE INDENIZAÇÃO:** Fica garantido ao participante o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

## ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o(a) pesquisador(a) Neuziane José de Castro Neris nos telefones (28) 99937-5189, ou no endereço Rua Adilson Marchesi, Nº 143, Bairro: Justiça, Anchieta/Es, email: [neuziane.neris@edu.emescam.br](mailto:neuziane.neris@edu.emescam.br). Você também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Ciências da Saúde- EMESCAM (CEP/EMESCAM) através do telefone (27) 3334-3586, e-mail [comite.etica@emescam.br](mailto:comite.etica@emescam.br) ou correio: Av. N. S. da Penha, 2190, Santa Luiza – Vitória – ES – 29045-402. A sala do CEP fica no prédio Central, andar térreo, próxima à sala dos professores e às salas dos módulos de integração. O CEP/EMESCAM tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a quinta-feira das 13:30h às 16:30h e sexta-feira, das 13:30h às 16h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada e rubricada em todas as páginas, por mim e pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante.

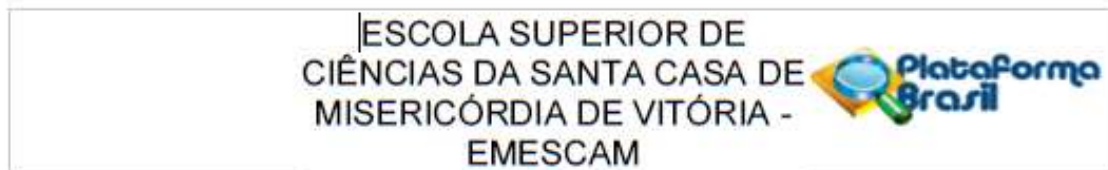
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa A cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica: um estudo qualitativo, eu, Neuziane José de Castro Neris, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

## ANEXO B – PARECER DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A CULTURA DO SILÊNCIO E A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO QUALITATIVO

**Pesquisador:** NEUZIANE JOSE DE CASTRO NERIS

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 86183324.9.0000.5065

**Instituição Proponente:** Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória -

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.534.088

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa apresentado ao Mestrado de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Emescam.

Trata-se de um estudo qualitativo com uso de grupo focal, com duração estimada de 1 hora e 30 minutos. O cenário do estudo será no Núcleo Margaridas, Anchieta, que atende aos municípios da região sul-litorânea do ES e engloba os municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Itapemirim, Marataizes, Rio Novo do Sul, Piúma e Presidente Kennedy.

O Núcleo Margaridas é um serviço da política pública de enfrentamento e atendimento às mulheres, vinculado à Secretaria Estadual das Mulheres (SEMS). Oferece diversos tipos de atendimentos às mulheres, como o acolhimento à mulher em situação de violência, orientação em momento de crise, atendimento psicossocial, acompanhamento jurídico, atividades de prevenção e plantão telefônico aos sábados.

As participantes da pesquisa serão 15 mulheres vítimas de violência doméstica que vivenciaram a cultura do silêncio em seu contexto sociofamiliar, com faixa etária entre 18 e 60 anos e que participam do Núcleo Margaridas.

**Endereço:** EMESCAM, Av.N.S.da Penha, nº 2190, prédio Central, térreo, próxima à sala dos professores e módulos de  
**Bairro:** Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402  
**UF:** ES **Município:** VITÓRIA  
**Telefone:** (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

ESCOLA SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE  
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -  
EMESCAM



Continuação do Parecer: 7.534.088

**Objetivo da Pesquisa:**

**OBJETIVO GERAL:**

Analisar a relação entre a cultura do silêncio e a perpetuação da violência doméstica, visando compreender como essa cultura contribui para a manutenção da violência e identificar possíveis estratégias de enfrentamento.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- a) Descrever a percepção das entrevistadas quanto a cultura do silêncio e perpetuação de violência doméstica.
- b) Identificar os principais fatores (familiares, sociais, econômicos, culturais e psicológicos) que estão relacionados para a manutenção da cultura do silêncio.
- c) Descrever a percepção das entrevistadas quanto aos fatores mais importantes que empoderam as mulheres para a ruptura do silêncio perante à violência;
- d) Identificar os principais obstáculos enfrentados na busca por ajuda;
- e) Entender como o diálogo e a visibilidade dos casos de violência podem contribuir para sua prevenção e combate.
- f) Descrever como as ações e serviços oferecidos pelo Núcleo Margaridas impactam a percepção e enfrentamento da violência doméstica.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**RISCOS:**

A pesquisadora reconhece que a pesquisa apresenta risco mínimo, que esse pode gerar desconforto emocional e para minimizá-lo apresenta como cautelas: realização do grupo focal em ambiente acolhedor e respeitoso; garantia de retirada, caso a participante não se sinta confortável; suporte emocional de profissional da área psicossocial. Em caso de agravamento de algum desconforto a participante será encaminhada para atendimento especializado.

**BENEFÍCIOS:**

A pesquisa contribuirá com produção de conhecimento sobre a compreensão dos fatores socioeconômicos, culturais e estruturais que perpetuam a violência doméstica na região e, com isso poderá auxiliar no desenvolvimento de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência doméstica, não havendo benefício direto para a participante.

**Endereço:** EMESCAM, Av.N.S.da Penha, nº 2190, prédio Central, térreo, próxima à sala dos professores e módulos de  
**Bairro:** Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402  
**UF:** ES **Município:** VITORIA  
**Telefone:** (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

**ESCOLA SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE  
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -  
EMESCAM**



Continuação do Parecer: 7.534.088

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa viável e de relevância social, visto que a violência é um fenômeno multidimensional e afeta diferentes segmentos da sociedade.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados:

- Folha de rosto assinada pela Coordenadora de Pesquisa e Iniciação Científica da Emescam.
- Carta de anuência assinada pela Gerente de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres da Secretaria Estadual das Mulheres - GEVM - SESM - GOVES
- Projeto de pesquisa e PB e Informações Básicas do Projeto adequados.
- Cronograma e orçamento adequados.
- TCLE adequado.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sugere-se aprovação. Submeto aos membros do CEP para apreciação.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Projeto aprovado por decisão do CEP. Conforme a norma operacional 001/2013:

- riscos ao participante da pesquisa deverão ser comunicados ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- ao final de cada semestre e ao término do projeto deverá ser enviado relatório ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- mudanças metodológicas durante o desenvolvimento do projeto deverão ser comunicadas ao CEP por meio de emenda via Plataforma Brasil.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2349941.pdf	10/04/2025 15:58:34		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_corrigido.pdf	10/04/2025 15:58:21	TASSIANE CRISTINA MORAIS	Aceito

**Endereço:** EMESCAM, Av.N.S.da Penha, nº 2190, prédio Central, térreo, próxima à sala dos professores e módulos de  
**Bairro:** Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402  
**UF:** ES **Município:** VITÓRIA  
**Telefone:** (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

**ESCOLA SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE  
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -  
EMESCAM**



Continuação do Parecer: 7.534.088

Ausência	TCLE_corrigido.pdf	10/04/2025 15:58:21	TASSIANE CRISTINA MORAIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetocep.pdf	10/04/2025 15:58:01	TASSIANE CRISTINA MORAIS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ASSINADA.pdf	28/11/2024 21:47:43	NEUZIANE JOSE DE CASTRO NERIS	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	23/11/2024 19:44:47	NEUZIANE JOSE DE CASTRO NERIS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

VITORIA, 28 de Abril de 2025

Assinado por:  
**rubens josé loureiro**  
(Coordenador(a))

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha, nº 2190, prédio Central, térreo, próxima à sala dos professores e módulos de  
Bairro: Bairro Santa Luiza CEP: 29.045-402  
UF: ES Município: VITORIA  
Telefone: (27)3334-3586 Fax: (27)3334-3586 E-mail: comite.etica@emescam.br

## ANEXO C – EVIDÊNCIAS DA PESQUISA DE CAMPO

